

40 → 14.544.564,00
41 → 3.362.436,00
17.940.000,00

PLANO DE APLICAÇÃO

1. Plano de Aplicação de Recursos no valor de Cr\$ 18 000 000,00 (dezoito milhões de cruzeiros) destinados ao Serviço de Assistência Técnica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - SAT-INEP/MEC, sob a seguinte classificação orçamentária.

28.00.00 - Encargos Gerais da União

20.02.00 - Recursos sob Supervisão do Ministério de Planejamento e Coordenação Geral

Fundo Nacional de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas

18.00.1.016 - Projetos na Área de Recursos Humanos

4.0.0.0 - Despesas de Capital

4.1.0.0 - Investimentos

4.1.2.0 - Serviços em Regime de Programação Especial

2. Finalidades da Aplicação

O presente plano de aplicação visa a carrear recursos para o projeto Operação-Escola, a ser desenvolvido pelo SAT-INEP, inicialmente nos municípios das capitais dos estados da Região Nordeste, através dos seguintes subprojetos de estudos, pesquisas e experiências inovadoras:

a) Racionalização da rede e da expansão da rede escolar.

Este subprojeto visa a: promover estudos e propor soluções, avaliadas experimentalmente, para o aproveitamento máximo de espaço escolar; empreender a organização experimental da rede escolar de ensino fundamental; elaborar critérios normativos para construções escolares tendo em vista garantir funcionalidade pedagógica, adequação a vários tipos de currículos, adaptação às condições climáticas e socio-econômicas e aos recursos disponíveis e controle de custos de obras.....

Em Cr\$

6.000.000

<p>b) <u>Elaboração de currículos, programas e critérios de promoção para o ensino fundamental.</u> Este subprojeto visa a promover a análise crítica de currículos e programas dos cursos primário e ginásial e propor tipos diversos de currículos e programas para o ensino fundamental, considerando as várias características e plantas dos estabelecimentos de ensino (o caso dos ginásios polivalentes, por exemplo), as peculiaridades locais e atendendo às diferenças individuais do alunado. Proceder-se-á ao acompanhamento da aplicação experimental desses currículos, em função dos quais serão estudados critérios adequados de promoção dos alunos, o que concorrerá para a normalização do fluxo escolar.....</p>	<p>3.500.000</p> <hr style="width: 50px; margin-left: auto; margin-right: 0;"/>
<p>c) <u>Elaboração de currículos e programas para a formação de professores de ensino fundamental.</u> Este subprojeto tem por finalidade promover a análise crítica de currículos e programas dos cursos de formação de professores dos atuais ensino primário e ginásial e elaborar tipos diversos de currículos e programas para a formação de professores de ensino fundamental. Proceder-se-á ao acompanhamento da aplicação experimental dos currículos e programas propostos.....</p>	<p>3.500.000</p>
<p>d) <u>Aperfeiçoamento de professores de ensino fundamental.</u> Este subprojeto visa a promover a elaboração e aplicação experimental de textos de ensino programado destinados à elevação do nível de preparo dos professores dos atuais cursos primário e ginásial e à sua preparação para ministrarem o ensino fundamental.....</p>	<p>5.000.000</p> <hr style="width: 50px; margin-left: auto; margin-right: 0;"/>
<p>Total</p>	<p>12.000.000</p>

Em Cr\$

3. Discriminação da Despesa

3.0.0.0 - Despesa Correntes	
3.1.0.0 - Despesas de Custeio	
3.1.2.0 - Material de Consumo	3.500.000 ✓
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	9.800.000 ✓
3.1.4.0 - Encargos Diversos	700.000 X
4.0.0.0 - Despesas de Capital	
4.1.0.0 - Investimentos	
4.1.1.0 - Obras Públicas.....	3.000.000 ✓
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	1.000.000 ✓
4.1.6.0 - Material permanente	
	<hr/>
Total	18.000.000 ✓ *****

Rio de Janeiro, RJ, de outubro de 1970.

OPERAÇÃO - ESCOLA

Estado : _____

Município : _____

Ano : _____

Cidade : _____

Data da informação: _____

a) População escolarizável na faixa etária de 7 a 14 anos _____

b) População na faixa de 7 a 14 anos com curso primário completo _____

c) População escolarizada (na escola primária): pública _____
particular _____

d) Déficit escolar : _____

e) Capacidade da rede de ensino : pública _____
particular _____f) Número de professores : regentes de classe _____
outras funções _____

OPERAÇÃO - ESCOLA

Estado : _____

Áreas indicadas para 1969 : _____

Assistência Técnica solicitada

Áreas _____

Data da Informação : _____

OPERAÇÃO - ESCOLA

UNIDADES

ÁREAS ESCOLHIDAS

- | | |
|------------------------------|--|
| 1. Acre _____ | Rio Branco |
| 2. Rondônia _____ | Pôrto Velho |
| 3. Amazonas _____ | Manaus
Manacapuru
Itacoatiara |
| 4. Pará _____ | Belém
Castanhal
Abaetetuba |
| 5. Amapá _____ | Macapá |
| 6. Maranhão _____ | São Luiz
Caxias
Codó
Bacabal
Coroata
Pindaré
Mongão
Pinheiro
Lago da Pedra
Vitorino Freire
Vargem Grande |
| 7. Ceará _____ | Fortaleza
Crato

Sobral |
| 8. Fernando de Noronha _____ | Fernando de Noronha |
| 9. Sergipe _____ | Anacaju |

UNIDADESÁREAS ESCOLHIDAS

10. Rio Grande do Norte _____	Natal Santa Cruz Mossoró Caicó Pau dos Ferros
11. Mato Grosso _____	Cuiabá Aquidauana Cáceres Campo Grande Corumbá Dourados Jaciara Ponta Porã Rondonópolis Três Lagoas
12. Goiás _____	Goiania Anápolis Inhumas Itumbiara
13. Paraná _____	Curitiba
14. Santa Catarina _____	Florianópolis
15. Rio Grande do Sul _____	Porto Alegre Bajé Pelotas Caxias do Sul Novo Hamburgo
16. Pernambuco _____	Recife-Olinda
17. Roraima _____	Boa Vista Caracarái
18. Espírito Santo _____	Cariacica

UNIDADES

ÁREAS ESCOLHIDAS

- | | |
|----------------------------|----------------|
| 19. Alagoas _____ | Maceió |
| 20. Distrito Federal _____ | Brasília |
| 21. Rio de Janeiro _____ | Niterói |
| 22. Guanabara _____ | Guanabara |
| 23. Minas Gerais _____ | Belo Horizonte |
| 24. Paraíba _____ | João Pessoa |
| 25. Piauí _____ | Teresina |

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

OPERAÇÃO-ESCOLA

Subsídios para uma Reformulação do
Ensino Primário Brasileiro

Grupo de Trabalho

Lúcia Marques Pinheiro
Nise Pires
Norma Cunha Osório

OPERAÇÃO-ESCOLA

META GERAL - Elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e o aumento de produtividade do ensino primário.

I. Aplicação do conceito de produtividade à educação

A produtividade em educação permite que esta se torne fator ponderável para o desenvolvimento econômico e social do país, proporcionando aos educandos uma formação desejável, tendo em vista os objetivos sociais, políticos e econômicos nacionais.

A formação adequada, que vá sendo oferecida aos indivíduos, permitirá que eles tenham melhores condições de satisfazer suas necessidades e aspirações pessoais, colocadas num nível mais alto.

O aumento da produtividade em educação se traduz por um fluxo mais rápido das crianças escolarizadas, a par da formação, pela escola, de produtos de melhor nível de qualidade, em termos dos objetivos amplos da educação e mais adequados às necessidades sociais e econômicas.

II. Produtividade atual do ensino primário brasileiro

O nosso ensino primário apresenta condições baixíssimas de produtividade. Assim, cerca de 1/3 das crianças em idade escolar não frequenta a escola; o índice de evasão é de, no mínimo, 34%; cerca de 50% dos alunos de nível primário estão na 1ª. série escolar; o custo do aluno aprovado corresponde a duas vezes e meia, em média, o custo do aluno-ano.

III. Causas da baixa produtividade do ensino primário

Tais causas são múltiplas e complexas e, entre elas, destacamos:

- . os currículos e programas de curso primário são extensos, mal dosados, não levando em conta as condições da criança e a carga horária disponível
- . os sistemas de promoção exigem padrões demasiado elevados

- . os professores, de um modo geral, não têm preparo conveniente
- . o curso primário é de duração insuficiente na maioria dos Estados
- . a carga horária é absolutamente insatisfatória

IV. Soluções propostas

A - Considerações preliminares

Vivemos numa sociedade democrática e um dos princípios básicos desse regime é o da igualdade de oportunidades para todos, de forma que cada indivíduo tenha a possibilidade de se desenvolver ao máximo, dentro de suas capacidades.

Sendo os indivíduos diferentes uns dos outros, não é possível fixar uma quota de conhecimentos a serem dominados indistintamente pelos alunos, sem levar em conta as variações de inteligência, aptidão, interesses, necessidades.

Assim, a primeira condição de um sistema democrático de ensino é ser flexível, principalmente em relação a programas e métodos.

Nossos programas são geralmente únicos, por série escolar, em cada Unidade da Federação. São, além disso, ambiciosos: pedem na 1a. série o que países mais adiantados pedem na 2a. série; na 4a. série o que é pedido na 6a. e assim por diante (1), devendo ser lembrado o fato de que a nossa carga horária é inferior à daqueles países.

Assim, a maioria dos sistemas escolares brasileiros ainda se limita a 4 anos e, devido à nossa pequena carga horária desses 4 anos de estudo, numa escola de 4 horas diárias de aula e 22 semanais, correspondem a:

3,1 anos nos Estados Unidos
 2,8 anos na França
 2,6 anos na Inglaterra
 2,8 anos na URSS
 2,7 anos na Suécia
 2,4 anos na Suíça

(1) V. "Serão adequados os programas brasileiros de curso primário?" trabalho apresentado pelo INEP na III Conferência Nacional de Educação.

Quatro anos numa escola primária de 3 horas diárias de aulas e 17 semanais correspondem a:

2,5 anos nos Estados Unidos
 2,3 anos na França
 2,1 anos na Inglaterra
 2,3 anos na URSS
 2,2 anos na Suécia
 1,9 anos na Suíça

As provas não medem o essencial e são demasiado exigentes, detendo-se em minúcias inúteis.

Essas condições destroem a flexibilidade da educação que é oferecida a nossos alunos, dando como resultado que a proporção entre os que cursam o 4º ano e os alunos de 1º seja, em média, de 16%, quando deveria ser de mais de 80% (100% - taxa de aumento da população escolar em 4 anos) (1). Levando em conta que apenas 16% das crianças têm inteligência abaixo da média (2), se mais do que essa percentagem é reprovada ou considerada deficiente e necessitando de recuperação, o ensino não está sendo adaptado às condições das crianças, nem atendendo às diferenças individuais.

Pelo exposto, verifica-se que é urgente e inadiável uma reformulação do ensino primário. Considerando as deficiências técnicas desse ensino, julgamos que as soluções propostas devem basear-se nas condições existentes, para elevá-las gradual e controladamente.

B - Providências desejáveis

1 - Reforma de programas no sentido de se adaptarem às condições das crianças; proposição de programas diversificados para atenderem às diferenças individuais, Estudo Experimental desses programas.

2 - Mudança das provas no sentido de que meçam o essencial e atendam ao desenvolvimento psicológico da criança em cada etapa escolar.

(1) - Essa taxa foi, para o período 1962-1965, de 18%.

(2) - O esperado seria que apenas esses 16% não concluíssem os 4 anos de curso primário em 4 anos, mas acontece justamente o contrário: 84% não concluem o curso em 4 anos, o que é conseguido pelos 16% mais bem dotados.

3 - Abolição do regime que prevê a realização da 1a. série em mais de um ano letivo (1), o que leva à baixa de produtividade da escola (V. quadros 1 e 2).

4 - Mudança da mentalidade do professor para que aceite as modificações, integrando-se à Operação-Escola.

5 - Incentivo ao professor, premiando-o pelo aumento da produtividade, inclusive com estímulos financeiros.

6 - Organização de turmas por idade dentro da série escolar. Adotando como primeiro critério a série e como segundo a idade, encaminhamento para um mais adequado sistema de promoção.

7 - Promoção mais flexível.

É importante a seqüência em que tais medidas sejam tomadas. A mudança do sistema de promoção, por exemplo, deve ser precedida da reformulação de currículos, programas e provas e do preparo do professor, pois, do contrário, não atingirá os objetivos a que se propõe. Estudos realizados sobre os resultados obtidos em Estados que mudaram seu sistema de promoção sem aqueles cuidados prévios revelaram que o tempo médio que as crianças levaram para chegar à 4a. série foi o mesmo dispendido pelos alunos de outros Estados não sujeitos à promoção flexível; não se verificou, pois, o avanço, ou o fluxo mais rápido das crianças através dos níveis de ensino, que é um dos objetivos desse tipo de promoção.

As medidas propostas, que devem ser adotadas em cada unidade da Federação, atendendo às condições que lhes são peculiares, contarão com a colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nos seguintes aspectos:

1 - preparo de líderes para instituir a reformulação do ensino e avaliar, a cada passo, os resultados obtidos;

2 - apresentação de sugestões e auxílio prático na elaboração de currículos, programas (2) e provas e no preparo de pessoal;

(1) - Neste regime, os alunos são promovidos, por exemplo, da 1a. série preliminar para a "1a. série adiantada" e não para a 2a. série adiantada" e não para a 2a. série. O sistema leva o professor e retardar o processo de alfabetização dos alunos.

(2) - O INEP está estudando programas de 9 países dos mais desenvolvidos do mundo, com vistas a colher sugestões para oferecer aos Estados.

3 - realização de pesquisas a curto prazo sôbre os pontos críticos a serem atacados nas várias medidas a serem tomadas;

4 - apresentação de trabalhos e experiências já vividas nas escolas experimentais do INEP;

5 - estudos sôbre construções escolares - localização, adequação de condições, custos.

V. Cronograma das atividades a serem desenvolvidas até dezembro de 1969

P E R Í O D O	A T I V I D A D E
Setembro/Outubro 1968	<p>1 - Preparo, pelo INEP, de uma prova-diagnóstica a ser aplicada a 10% dos alunos de 1º ano primário da rede escolar pública das capitais dos Estados e Territórios. O objetivo da prova é diagnosticar a situação atual do ensino no 1º ano, tendo em vista fixar a influência que os seguintes fatores estejam exercendo na aprendizagem e rendimento escolar: critérios de promoção, preparo do professor, mudança de professor durante o ano, carga horária, materiais de ensino.</p> <p>2 - Preparo, ainda, de um questionário destinado aos diretores e outro aos professores das escolas da amostra.</p>
De 1º/novembro a 15/dezembro de 1968	<p>1 - Reunião de estudos com os Diretores dos Departamentos de Educação Primária Estaduais, com os Diretores das Divisões de Educação dos Territórios e respectivos assessores para encaminhamento da reformulação do ensino primário.</p> <p>2 - Aplicação, sob a responsabilidade das Secretarias de Educação estaduais e das Divisões de Educação dos Territórios, da prova diagnóstica do INEP.</p> <p>3 - Remessa - pelas Secretarias de Educação estaduais e pelas Divisões de Educação dos Territórios - ao INEP, do seguinte material:</p> <ul style="list-style-type: none"> - questionários, devidamente completados, dos diretores e professores das escolas da amostra

PERÍODO	ATIVIDADE
	<ul style="list-style-type: none"> - listas de resultados, por turma da amostra, das provas-diagnóstico - listas de resultados, por turma da amostra, das provas de promoção a que os alunos tenham sido submetidos, com a indicação da promoção ou reprovação de cada aluno - modelo da prova de promoção aplicada no Estado ou Território e indicação do critério pelo qual os alunos foram promovidos ou reprovados.
2a. quinzena de dezembro de 1968 Janeiro de 1969	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Análise estatística dos resultados obtidos nos dois tipos de provas, com vistas a verificar a influência dos fatores já referidos. 2 - Interpretação desses resultados e conclusões a serem tiradas dos mesmos.
Fevereiro de 1969	<p>Considerando as conclusões da pesquisa feita e tomando como base o estudo que está sendo realizado pelo INEP sobre os sistemas de ensino de 9 países de avançado nível educacional, apresentação de sugestões que levem a:</p> <ul style="list-style-type: none"> . critérios mais convenientes de promoção do 1º ao 2º ano . programas mais adequados de 1º e 2º ano . tipos de organização de turmas de 1º e 2º ano
Março de 1969 Julho de 1969	Duas reuniões anuais, de um mês cada uma, para preparar os <u>staffs</u> que irão orientar a reforma.
De março a dezembro de 1969	Assistência técnica, fornecida pelo INEP, às cidades envolvidas na Operação-Escola, para acompanhamento, adequação e avaliação do trabalho.

O cronograma das atividades a serem desenvolvidas a partir de janeiro de 1970 será estabelecido posteriormente, em função das condições de cada uma das Unidades da Federação.

A reformulação a ser empreendida em 1969 atingirá os alunos de 1º e 2º anos, dos pontos de vista de: organização de turmas, adequação de programas e de critérios de promoção e orientação ao professor. Em 1970, deverá atingir, nos mesmos aspectos, os alunos de 3º e 4º anos.

Serão considerados, ainda, outros problemas: programas para a 5a. e 6a. séries primárias; programas para uma escola integrada de 8 anos; entrosamento entre os cursos primário e médio; levantamento das atividades de trabalho que podem ser exercidas por egressos do curso primário, mediante preparo em serviço, levando-se em conta as necessidades do mercado de trabalho.

Tal reformulação, desenvolvida ano a ano, considerando a situação de cada Estado, em caráter experimental, sujeita a avaliações periódicas, permitirá que, em pouco tempo, o ensino primário eleve a sua produtividade - os alunos serão atendidos adequadamente, aumentará o fluxo, diminuirão a repetência e a evasão e a escola formará produtos mais qualificados.

PRODUTIVIDADE (1) DA 1ª SÉRIE

NAS CAPITAIS DOS ESTADOS QUE SUBDIVIDEM A 1ª SÉRIE EM 2 OU MAIS ANOS

QUADRO 1 a

Evasão e aprovação sem promoção

CAPITAIS DO BRASIL	1 9 6 5			1 9 6 6	Diferença entre matrícula e expectativa de matrícula	Evadidos(2) e aprovados num tipo de 1º ano, não promovidos ao 2º ano
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano		
Manaus	13.023	761	13.784	7.827	5.957	43,21%
Recife	34.651	2.955	37.606	24.895	12.711	33,80%
Boa Vista	1.625	183	1.808	996	812	44,91%
Goiânia	12.967	1.560	14.527	7.850	6.677	45,96%
Teresina	10.138	1.073	11.211	5.396	5.815	51,86%
João Pessoa	5.486	759	6.245	4.113	2.132	34,13%
Belém	18.728	3.150	21.878	17.470	4.408	20,14%
Aracaju	4.520	808	5.328	3.658	1.670	31,34%
Natal	7.289	1.534	8.823	5.597	3.226	36,56%
Guanabara	44.548	53.282	97.830	75.587	22.243	22,73(3)
T O T A L	152.975	66.065	219.040	153.389	65.651	29,97%

NAS CAPITAIS DOS ESTADOS QUE NÃO SUBDIVIDEM A 1ª SÉRIE

QUADRO 2 a

Evasão

CAPITAIS DO BRASIL	1 9 6 5			1 9 6 6	Diferença entre matrícula e expectativa	Evasão
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano		
Niterói	10.415	533	10.948	9.600	1.348	12,31%
Curitiba	11.367	1.362	12.729	12.725	4	0,03%
Rio Branco	3.200	338	3.538	1.464	2.074	58,62%
São Luís	5.570	1.302	6.872	6.525	347	5,04%
Maceió	7.601	1.194	8.795	5.321	3.474	39,49%
Florianópolis	3.454	1.067	4.521	4.519	2	0,04%
Porto Alegre	16.574	3.773	20.347	20.197	150	0,73%
Brasília	7.182	2.577	9.759	9.521	238	2,43%
B. Horizonte	27.455	6.382	33.837	32.090	1.747	5,16%
Vitória	2.922	820	3.742	3.629	113	3,01%
Cuiabá	4.874	540	5.414	2.405	3.009	55,57%
São Paulo	112.661	34.362	147.023	152.329	5.306	3,63%
T O T A L	213.275	54.250	267.525	260.325	12.506(4)	6,67%

(1) A produtividade é maior quando a taxa de evasão e reprovação é menor. Supondo que a taxa de evasão seja idêntica nos dois grupos de Estados, os do 2º grupo terão, em média, mais 24% de reprovações do que consta no Anuário.

(2) Entre o final de 1965 e o início de 1966.

(3) Cf. Anuário Estatístico de 1967, Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística.

(4) Neste total não foi incluído S. Paulo, tendo em vista que a matrícula foi maior que a expectativa, fenômeno que pode ser explicado pelo ingresso na escola de crianças já alfabetizadas e se dá no Estado de S. Paulo em geral.

QUADRO 3

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até a 4ª série primária (1).

ANO DE 1965

CAPITAIS DO BRASIL (sem subdivisão da 1ª série)	Total de alunos aprovados - 4ª série	Total de alunos da 1ª série (matrícula inicial)	Índice de produtividade (%)
Niterói	5.226	13.466	39
Curitiba	8.913	16.973	53
Rio Branco	517	5.463	9
São Luís	2.623	9.472	28
Maceió	2.338	13.144	18
Florianópolis	2.332	6.179	38
Porto Alegre	11.234	32.961	34
Brasília	3.184	13.136	24
Belo Horizonte	16.493	50.126	33
Vitória	1.613	6.320	26
Cuiabá	962	6.919	14
T O T A L	55.435	174.159	32

QUADRO 4

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até a 4ª série primária (2).

CAPITAIS DO BRASIL (com subdivisão da 1ª série)	Total de alunos aprovados - 4ª série	Total de alunos da 1ª série (matrícula inicial)	Índice de produtividade (%)
Manaus	3.051	17.521	17
Recife	11.044	41.553	27
Boa Vista	247	2.225	11
Goiânia	2.637	17.627	15
Teresina	1.657	17.311	10
João Pessoa	1.867	10.260	18
Bolém	9.213	12.674	73
Aracajú	1.447	7.153	20
Natal	2.456	12.705	19
Guanabara	13.884	209.176	7 (3)
T O T A L	47.503	348.205	14

Observação: A produtividade foi calculada pelo índice $\frac{\text{Alunos aprovador na 4ª série}}{\text{Matrícula inicial na 1ª série}}$

(1) Estados que não subdividem a 1ª série

(2) Estados que subdividem a 1ª série

(3) Dados extraídos do Anuário Estatístico (1967), IBGE.

OPERAÇÃO-ESCOLA

Contrôle por métodos estatísticos

Este documento tem por objetivo estabelecer o controle de execução da "Operação-Escola" por métodos estatísticos.

Os objetivos da Operação-Escola foram definidos pelo Decreto nº 63.258, de 19 de setembro de 1968, e sua fase preparatória foi explicada no documento "Cumprimento da obrigatoriedade escolar".

Para estabelecer os procedimentos de controle da Operação-Escola convém fixar detalhadamente esses objetivos e identificar as dificuldades de execução dos mesmos para poder vencê-las.

Neste documento serão examinados sucessivamente:

- 1º - os objetivos da Operação-Escola e suas dificuldades de execução
- 2º - os dados estatísticos a serem obtidos nos diversos níveis
- 3º - o "painel de controle" da Operação-Escola.

I - OBJETIVOS DA OPERAÇÃO-ESCOLA E DIFICULDADES DE SUA EXECUÇÃO

A Operação-Escola visa a obter nas cidades, em uma primeira fase, a escolarização efetiva de todas as crianças que, de acordo com a lei de obrigatoriedade escolar, são escolarizáveis, isto é, as crianças de 7 a 14 anos. Na prática, ela tem, portanto, dois objetivos essenciais:

- a) que as crianças que não frequentam a escola sejam "escolarizadas";
- b) que as crianças inscritas na escola tenham uma "escolarização completa".

Os termos "escolarizada" e "escolarização completa" devem ser definidos: ser escolarizado não significa apenas ser matriculado na escola; por seu lado, escolarização completa significa o nível de formação previsto pelo sistema educacional, isto é, 4, 5 ou 6 anos - de acordo com o Estado - podendo essa duração ser de até 8 anos.

Definidos esses dois pontos, convém agora identificar as dificuldades de controle e de execução do empreendimento. Do ponto-de-vista estatístico, podem ser apresentadas assim:

- 1- Os recenseamentos demográficos por setor são precários e os dados por ano de idade são apenas "estimativos". Quem estará apto a fornecer, com precisão suficiente, o número exato de crianças dos dois sexos em idade de escolarização? Parece indispensável o concurso dos serviços demográficos dos departamentos estatísticos estaduais para o fornecimento de, pelo menos, três da dos essenciais por setor escolhido:
- a distinção, por sexo e por ano de idade, das crianças de 7 a 14 anos em 1968;
 - a taxa de crescimento demográfico de cada ano de idade;
 - a importância dos deslocamentos de população - com suas repercussões sobre o número de crianças de 7 a 14 anos - seja pela partida para outros locais, seja por afluxo para a cidade em estudo.
- 2- Se se pode considerar que o recenseamento por idade da população escolarizada não oferece dificuldades, parece menos fácil a distinção, entre os não-escolarizados, do número de crianças que nunca frequentaram a escola e dos que a frequentaram de modo ou incompleto ou satisfatório. É preciso, em seguida, definir qual o tipo de escolarização que se deseja proporcionar a cada um dos grupos de crianças atualmente fora da escola:
- escolarização completa a todos os menores de 10 anos?
 - escolarização especial a todos os maiores de 10 anos?
 - escolarização suplementar a todos os que já foram beneficiados com uma escolarização parcial?
- 3- O conhecimento exato da rede de construções escolares e da disponibilidade de salas de aula parece igualmente prioritário. O sistema atual de levantamento de dados estatísticos por "unidade escolar" não permite conhecer com a precisão necessária os meios físicos de que se dispõe: um mesmo prédio de três salas utilizado três vezes - pela manhã, tarde e noite - por 3 unidades escolares diferentes aparecerá 3 vezes nos levantamentos atuais e dará a ilusão de que se dispõe de 9 salas, nas quais se poderia organizar 3 turnos, isto é, 27 grupos de alunos, quando, na realidade, o prédio

só pode comportar 2 turnos por sala, ou 6 grupos de alunos ... uma vez que à tarde as salas são utilizadas por "unidades de ensino médio". Num caso assim, que critério vencerá: prioridades ao 1º ou ao 2º grau?

Convém, pois, montar o dispositivo que permitirá conhecer com exatidão a capacidade da rede escolar atual.

4- A mesma observação se impõe em relação ao pessoal docente. É indispensável conhecer:

- de um lado, a disponibilidade eventual do pessoal que exerce funções de ensino. Os dados atuais não permitem fazê-lo, pois só enumeram os cargos ou as funções docentes fixas e não as pessoas, havendo, além disso, ambigüidade sobre a função: algumas vezes os professores especializados são contados como "professôres com regência de classe".

Torna-se, pois, difícil saber como poderia ser melhor utilizado o pessoal atualmente "em exercício de magistério".

- de outro lado, a disponibilidade do pessoal que teve formação de professor e

a) exerce outras funções, administrativas por exemplo, nas Secretarias de Educação;

b) exerce outras funções em outras Secretarias ou organismos públicos ou privados;

c) não trabalha atualmente, mas poderia participar no esforço de escolarização da Operação-Escola.

5- A multiplicidade dos organismos responsáveis pelo ensino torna difícil a centralização dos dados. Parece indispensável, na orientação da Operação-Escola, conciliar a autonomia de que gozam os Estados, municípios e entidades particulares com a necessidade de uma visão global da situação do ensino, o que deveria ser bastante fácil de obter nas cidades escolhidas. Isto significa que o responsável local pela Operação-Escola deverá dispor dos meios que lhe permitam coordenar a coleta dos dados necessários, seu contrôle, sua interpretação e suas conseqüências do ponto-de-vista das medidas a serem tomadas. Uma vez que a parte estatística é muito importante, torna-se inevitável que êsse responsável seja assessorado por um estatístico e administra -

dor escolar; é preciso, pois, procurar êsse tipo de pessoa, ou formar rapidamente o pessoal susceptível de se interessar por essas questões.

II- RELAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS A SEREM RECOLHIDOS NOS DIVERSOS NÍVEIS

O anexo ao Decreto nº 63.258 relaciona os dados necessários à Operação-Escola. Limitar-nos-emos aqui, portanto, a examinar como e por quem podem êles ser reunidos, especificando os diversos níveis possíveis de informação, isto é:

- o professor para sua classe;
- o diretor da escola para tudo o que concerne a seu estabelecimento;
- o responsável do setor;
- o responsável pelo conjunto da operação.

1- Dados a serem recolhidos pelo "professor" (além das informações fornecidas regularmente).

Êles se referem essencialmente à idade (1) dos alunos e devem poder ser comparados à idade dos meninos e das meninas a serem escolarizados. A documentação da Operação-Escola deverá, pois, estabelecer uma ficha por turma, que conterà a situação no início do ano (separação dos alunos em relação à repetência, isto é, em novos e repetentes), as ocorrências no decorrer do ano (matrículas ou saídas), a situação no fim do ano, com os resultados dos exames finais - Cf ficha 1 - (a distinção meninos, meninas e total é feita para facilitar a comparação com os dados demográficos).

Observações: Essa ficha 1 contém apenas dados brutos relativos a:

- I efetivo no início do ano;
- II matriculados no decorrer do ano;
- III alunos que deixam a escola no decorrer do ano;
- IV efetivo no fim do ano;
- V aprovados;
- VI reprovados

Para cada um dos dados, o professor deve verificar que o efetivo total seja a soma dos repetentes com os novos, tanto em relação aos meninos, como às meninas e ao total.

Além disso, o dado nº IV corresponde a I + II - III, e também à soma V + VI.

(1) Anos completos no decorrer do ano letivo.

A ficha 1 deve indicar o nome e o endereço da escola, a série escolar, o nome do professor e as informações sobre o turno, isto é, seu horário.

Quando o professor tiver alunos em diversas séries, êle deverá preencher tantas fichas quantas forem as séries e essas fichas deverão ser grampeadas juntas.

Se o professor ensinar em 2 turnos, preencherá duas fichas, uma para cada turma que reja, especificando a série e o horário.

É útil também que o professor preencha duas outras fichas de informações:

ficha 2 - relativa aos alunos inscritos durante o ano, indicando, sempre que possível, a proveniência de cada aluno: da própria cidade, de outra cidade, do Estado, da zona rural do Estado, de uma cidade de outro Estado, da zona rural de outro Estado.

ficha 3 - relativa aos alunos que deixam a escola durante o ano, indicando, sempre que possível o motivo da saída:

- transferência para outra escola da cidade
- transferência para outra cidade do Estado
- transferência para outro Estado
- moléstia prolongada
- morte
- outros motivos.

2 - Documentação a ser fornecida pelo diretor da escola

O diretor da escola deve fornecer um "dossier" sobre seu estabelecimento. Êsse "dossier" deverá comportar, em primeiro lugar, tôdas as fichas 1, 2 e 3 (relativas a cada turma da escola), assim como conter resumos e informações sobre a organização escolar, isto é, além do pessoal e do número de salas de que dispõe, a maneira como são utilizados.

1º) Identificação do estabelecimento - Informações habitualmente fornecidas, isto é:

endereço exato, autoridade responsável pelo estabelecimento e nome do diretor.

Indicar se as dependências do prédio escolar são utilizadas unicamente por esta escola ou se abrigam outras; neste último caso dizer quais são elas e em que horário funcionam.

2º) Pessoas ligadas ao estabelecimento

Essas informações são as mesmas que figurarão daqui em diante nas fichas utilizadas pelo S.E.E.C. e pelos agentes do I.B.G.E., a saber:

- número de pessoal lotado na escola (1) total..... feminino.....
- número de pessoal administrativo (2) total..... feminino.....
- número de pessoal docente (3)

com regência de classe	total.....	feminino.....
sem regência	total.....	feminino.....
total docente	total.....	feminino.....
- número de pessoal subalterno (4) total..... feminino.....
- número de pessoal afastado (5) total..... feminino.....

3º) Organização escolar

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Série	Primeiro Turno das.....às.....h		Segundo Turno das.....às.....h		Terceiro Turno das.....às.....h		Quarto Turno (6) das.....às.....h	
	nº de turmas	nº de alunos	nº de turmas	nº de alunos	nº de turmas	nº de alunos	nº de turmas	nº de alunos
1ª
2ª
3ª
4ª
5ª
6ª
Total
Salas Ocupadas (Por turno)								
Área das Salas								

- número de salas de aula em construção
- data prevista de sua instalação.....

- (1) Pessoal lotado na escola é a soma do pessoal administrativo, do cente, subalterno e afastado.
- (2) Pessoal administrativo - Diretor, Secretário, Auxiliar de Secretaria, administração em geral.
- (3) Pessoal docente - é todo aquele que dá aula: Orientador, Auxiliar de Regência, Auxiliar de Orientação, Educador Sanitário, Regente de Classe, Professor Especializado (Música, Educação Física, Desenho, Artes Industriais...) etc.
- (4) Pessoal subalterno - servente e guardião.
- (5) Pessoal afastado - à disposição de outros órgãos ou em licença superior a um mês.
- (6) Esta situação em 1969 será excepcional.

42) Resumos

Visarão a reunir as fichas das turmas de uma mesma série em um quadro único do mesmo modelo que a ficha 1 e complementá-lo com as informações e % indicadas abaixo:

FICHA 1	COMPLEMENTO A SER PREENCHIDO PELO DIRETOR
Para cada série escolar	Quantas salas são utilizadas por êsse conjunto de alunos..... Quantos professores, no total? Quantos professores com regência de classe..... Quantos turnos % de alunos matriculados durante o ano (total de II sobre total de I) % de alunos que deixam a escola durante o ano (total de III sobre total de I)..... % de aprovados entre os repetentes..... % de aprovados entre os novos matriculados..... % de aprovados (no total).....

3 - Trabalho estatístico do responsável de setor

A. O responsável de setor deve reunir os "dossiers" de todas as escolas, classificando-as, de acordo com as autoridades responsáveis pelo ensino, em:

estaduais
municipais
particulares.

É a ocasião para constituir a lista de todas as escolas primárias existentes. Em cada conjunto, serão reagrupadas as escolas primárias que funcionam no mesmo local (1).

A análise desses "dossiers" deverá ser feita buscando-se:

- de um lado, estabelecer a situação de conjunto do setor;
- de outro, identificar os pontos de má organização escolar.

Situação de conjunto do setor - Ela consistirá em estabelecer resumos dos dados contidos nos "dossiers" escolares para ter uma visão:

- 1 - do número e da idade das crianças escolarizadas;
- 2 - do número de horas de aula que os alunos recebem;
- 3 - da pirâmide escolar;
- 4 - das percentagens de aprovados e reprovados;

(1) O recenseamento de "locais escolares" empreendido pelo SEEC para 1969 permitirá dar um número de código a cada local e a cada escola. Enquanto isso, os responsáveis de setor poderão ou utilizar a ficha SEEC, dando-lhes números provisórios, ou utilizar o método de reagrupamento em função do endereço, indicado acima.

- 5 - da importância do número de alunos provindos das zonas rurais e de outros Estados;
do número de alunos que deixam a cidade em mudança para outros Estados, etc... (análises das fichas 2 e 3);
- 6 - do número de salas de aula existentes e divididas de acordo com sua utilização horária em 1 turno (horas)
2 turnos
3 turnos;
- 7 - do número de salas em construção cuja utilização possa ser prevista para uma determinada data;
- 8 - do número de prédios segundo o número de salas de aula:
de 1 sala
de 2 salas
de 3 salas etc.
- 9 - do número de professores em "regência de classe" e da percentagem que eles representam no conjunto do pessoal.

Identificação dos pontos de má organização escolar

Não é a recapitulação que permite essa identificação, mas a análise individual de cada "dossier".

Deverão ser individualmente destacados os casos de:

- salas muito pouco utilizadas;
- salas muito utilizadas;
- horas de aulas a serem recuperadas ou completadas;
- professores não utilizados; verificação dos casos em que o pessoal com "regência de turma" está em proporção pequena.

B. A situação demográfica da cidade não me parece poder ser levantada sem os serviços demográficos do departamento estatístico do Estado. Ela consistirá em fazer uma pirâmide das idades das crianças da cidade, pirâmide de que poderá ser comparada à distribuição total por ano de idade das crianças escolarizadas e permitirá calcular os déficits por ano de idade.

São êsses os elementos que melhor expressarão o esforço a ser realizado no quadro da Operação-Escola.

C. A estimativa do potencial de professores não utilizados em tarefas de ensino poderá ser feita, de um lado, com a divisão do pessoal e, de outro, com os estabelecimentos de formação de pessoal docente (escolas normais).

4 - O trabalho do responsável pela operação.

O grupo responsável pela Operação-Escola deverá, essencialmente, a partir dos dados fornecidos pelos Estados, elaborar o "painel de controle" da operação, cujos detalhes serão fornecidos adiante.

A situação será basicamente examinada por Estado e por cidade. O fato de reunir todos os "dossiers" só tem interesse na medida em que puderem ser explicadas as transferências de cidade para cidade, Estado para Estado, e quando puder ser estimado o esforço global empreendido e o esforço ainda a ser realizado para que se possa ter uma orientação sobre as medidas a serem tomadas.

Segundo os casos, o grupo federal poderá pedir aos Estados que disponham do pessoal necessário à elaboração do "painel de controle". As formas de assistência técnica a ser dada serão estudadas ulteriormente.

III - O "PAINEL DE CONTRÔLE" DA OPERAÇÃO-ESCOLA

É indispensável calcular-se um certo número de "indicadores" ou de "coeficientes" que permitam seguir o desenrolar da Operação-Escola, controlar anualmente as diversas etapas, estar alerta quando os objetivos não forem atingidos a fim de se poder procurar e pôr em execução as soluções adequadas.

Distinguiremos os indicadores "estáticos" - isto é, os que definem a situação existente e os indicadores "dinâmicos" - que informam sobre o desenrolar da operação.

A - Indicadores estáticos

- 1º) Estrutura dos efetivos matriculados, também chamada de pirâmide escolar ou distribuição dos alunos por série ou ano de estudo (percentagem de alunos por série ou ano de estudo).
- 2º) Distribuição dos alunos por ano de idade e por sexo, ou pirâmide das idades da população escolarizada a fim de permitir a comparação com a pirâmide da população escolarizável e medir os "deficits".
- 3º) A combinação dos dois dados precedentes, isto é, a indicação, sobre a 2ª pirâmide, do nível de estudos atingido pelos alunos constitui o dado essencial da Operação, uma vez que dimensiona, ao mesmo tempo, o número dos alunos escolarizados e o nível que eles obtiveram.

- 4º) O número de alunos novos matriculados no 1º ano, separados por sexo e por idade.
- 5º) O número de alunos matriculados no decorrer do ano, isto é, vindos do interior do Estado ou de outros Estados, separados por sexo, por idade e por série escolar e a % que eles representam em relação ao efetivo global.
- 6º) O número de alunos que deixaram a escola durante o ano, separados por sexo, idade e série escolar e a percentagem que eles representam em relação ao efetivo global.
- 7º) O número de repetentes por série escolar, separados por idade e sexo e a % dos repetentes por série.
- 8º) O número de alunos aprovados por série de estudo, separados por idade e por sexo e a % de aprovados por série.
- 9º) O número de "regentes de classe" e sua percentagem dentro do total do "pessoal docente".
- 10º) A % de "normalistas" entre os regentes de classe.
- 11º) A relação alunos/regentes de classe por estabelecimento para obter, de um lado, uma média de outro lado, uma distribuição dos estabelecimentos em função dessa relação.
- Exemplo: x estabelecimentos - de 28 alunos
 y " - de 28 a 30 alunos
 z " - de 30 a 32 alunos
 etc.
- 12º) A relação alunos/salas, estabelecida da mesma maneira que a precedente.
- 13º) A distribuição dos estabelecimentos em função do número de salas e de turnos.
- 14º) A distribuição dos alunos por série escolar, em função do número de horas de curso recebidas.

B - Indicadores dinâmicos

- 1º) A comparação, de um ano letivo com o ano seguinte, de todos os indicadores citados acima mostrará como evolui a situação.

Cada vez que isto fôr possível, será então estabelecido um quadro com uma coluna para cada um dos anos escolares futuros. Se rá necessário a duração de pelo menos um ciclo primário completo, se ja de 4 ou 6 anos, para medir o fracasso ou o êxito da Operação.

A significação da evolução desses indicadores é eviden te: proporcionará ulteriores explicações.

2º) Taxa de progressão dos efetivos escolares. Essa ta xa é a relação (expressa em percentagem) que une um curso (série) dado no ano t ao efetivo do curso imediatamente inferior: o dado no ano t-1.

Por exemplo:

Matrícula da 3ª série de 1967
Matrícula da 2ª série de 1966

De um ano letivo ao seguinte, há progressão dos efeti- vos de uma série à seguinte do ciclo de formação.

Nessa ocasião, e num mesmo nível ou série, uma taxa que aumenta regularmente traduz um aumento da capacidade acolhedora do curso ou da série do mais alto nível, portanto uma melhoria do flu- xo de efetivos; não constitui, porém, de maneira alguma, um critério suficiente de apreciação das condições do ensino, porque pode ser ob tido aumentando exageradamente a relação alunos/professor.

Uma taxa que baixa regularmente traduz uma diminuição de ritmo no fluxo de efetivos, e é um sinal inquietante.

A constância da taxa significa que a escolarização, mes mo quando aumenta em volume (aumento dos efetivos), desenrola-se na escala global de maneira idêntica, os fluxos de efetivos escoando-se no mesmo ritmo.

Grandes flutuações nas taxas, num curto período, tradu zem invariavelmente uma política incoerente dos efetivos.

3º) Taxa de promoção dos alunos.

O conhecimento do número de repetentes por série ou ano escolar permite calcular quantos alunos passam realmente de um curso ao outro, de um ano escolar para o seguinte e de obter uma taxa de promoção, indicativa de rendimento.

Por exemplo, no fim do ano de 1966, achavam-se matricu lados na 1ª série das escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro 218.276 alunos. Entre êsses, 167.669 ou seja 76,8% foram aprovados, e portanto 50.607 ou seja 23,2%, reprovados.

Em 1967, havia 100.887 alunos matriculados na 2ª série, dos quais 10.464 repetentes, o que quer dizer que 90.423 tinham sido promovidos da 1ª para a 2ª série.

A taxa real de promoção é então $\frac{90.423}{218.275} \times 100 = 41,4\%$

Pode-se ver, por outro lado, que um número elevado de aprovados que deveriam ter sido promovidos, não tornaram a se matricular na escola:

$167.669 - 90.423 = 77.246$, ou seja $46,1\%$ dos aprovados e $35,4\%$ dos efetivos do fim do ano.

Mais do que a taxa de aprovação, a taxa de promoção é um indicador essencial, quantitativo e qualitativo, do desenvolvimento da escolarização.

4º) Taxa de evasão

As saídas durante o ano, calculadas acima, constituem o que se chama geralmente "a evasão imediata".

De fato, acaba de ser visto, no exemplo citado com o fim de ilustrar a promoção real, que um certo número de alunos abandona a escola de um ano escolar para o seguinte; é o fenômeno da "evasão mediata".

É conveniente porém, distinguir duas espécies de "evasão mediata".

- a) os alunos que, embora aprovados, não continuam os estudos. No exemplo precedente, êles constituíam $46,1\%$ dos "aprovados" e $35,4\%$ dos efetivos do fim do ano;
- b) os alunos "reprovados" que não continuam seus estudos, isto é, os que não são encontrados entre os repetentes do mesmo curso do ano seguinte. Sempre dentro do exemplo escolhido, contavam-se 50.607 "reprovados" da 1ª série em 1966 e 43.616 repetentes da 1ª série em 1967. A diferença, ou seja 6.991 alunos, representam a segunda forma de evasão. Fazemos notar que ela constitui apenas $3,2\%$ dos efetivos do fim do ano, e $13,8\%$ dos "reprovados".

Essas duas taxas constituem igualmente elementos essenciais na apreciação do desenrolar da escolarização.

5º) Taxa de aumento dos efetivos

- a) a taxa anual de aumento dos efetivos globais indica essencialmente o aumento dos encargos escolares calculado em termos de efetivos inscritos;

b) as taxas de crescimento anual dos efetivos por curso têm maior significação, pois seu conjunto traduz a mudança de estrutura dos efetivos matriculados. A análise das taxas de crescimento anual por série ou ano escolar, para um ciclo primário, leva às mesmas observações que a análise da evolução das taxas de progressão. Pode ocorrer aumento dos efetivos, sem que por isso os fluxos melhorem.

Por exemplo:

1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Total
1000	800	600	400	2800
1100	880	660	440	3080
1210	968	726	484	3388
1331	1065	799	532	3727

Os efetivos aumentam em 10% por ano, e as taxas de progressão continuam constantes 88% da 1ª - em 2ª ano, 82,5% do 2ª em 3ª ano, 73,3% do 3ª em 4ª ano.

c) O conhecimento do número de repetentes no 1º ano permitirá saber o número de matrículas novas na escola primária, e é justamente o aumento do número de novas matrículas que permite a expansão real da escolarização.

Num país inteiramente escolarizado, essa taxa de crescimento deve corresponder à taxa de crescimento demográfico da faixa de idade de entrada à escola, isto é, 6 ou 7 anos.

Num país de déficit escolar, deve ser superior à taxa de crescimento demográfico, senão não haverá expansão real da escolarização e o número de analfabetos crescerá dentro da população escolarizável.

C - Os sinais de alerta no desenvolvimento da
Operação-Escola
 (execução)

O exemplo desses indicadores e de sua evolução constituem os elementos de controle da operação.

Um certo número fornecerá conhecimento de ordem quantitativa, por exemplo:

- as taxas de crescimento dos efetivos que aumentam ou diminuem;
- as taxas de abandono escolar que aumentam ou diminuem

Outros dados fornecerão elementos da melhoria ou da deterioração dos fluxos:

- taxas de progressão que aumentam ou diminuem.

A maioria permitirá julgar a qualidade da operação, por exemplo:

- taxas de repetência que diminuem ou aumentam;
- taxas de promoção que diminuem ou aumentam;
- relação alunos/professôres que diminuem ou aumentam;
- % de professôres qualificados que diminuem ou amentam;
- % de crianças que recebem menos de 4 horas de ensino por dia que aumenta ou diminuem etc...

CONCLUSÃO: Esse documento constitui apenas um esquema das diferentes fases do contrôlo da Operação-Escola. Será completado ulteriormente. Afastou deliberadamente tôdas as considerações de ordem financeira que poderiam entravar o desenvolvimento da Operação. Com efeito, visa somente mensurar o grau de execução; as dificuldades aparecerão se o painel fôr bem mantido e a procura das causas será facilitada. Esse esquema não deve, de forma alguma, ser assimilado a um relatório de atividades.

I N E P / S A T

PROJETO III

I - Objetivos:

1 - Auxiliar alguns Estados do Nordeste que apresentem condições objetivas e já manifestas na realização de estudos que sejam básicos para o planejamento do sistema de ensino primário.

2 - Iniciar uma forma de assistência técnica que, concentrando sua ação em uma ou duas unidades políticas, possa, além de melhor perseguir os objetivos e medir os resultados, servir de fator multiplicador para as outras unidades.

3 - Atuar, simultaneamente em várias esferas dentro dos objetivos visados, isto é, na área da pesquisa científica, da administração, e da docência, com limite ao Ensino Primário e Normal.

II - Atividades:

1 - Levantamento da rede escolar Primária e Normal.

Apesar dos levantamentos que anualmente são realizados pelo SEEC através do IBGE, alguns Estados não têm o controle da rede de escolas sob sua jurisdição. Também lhes falta um exato conhecimento das redes de ensino primário, municipal e particular. Os Estados de Maranhão e Piauí estão com projeto de pesquisa dessa natureza em fase de efetivação. O SAT, através de atividades desempenhadas anteriormente pelos grupos que a ele foram integrados acompanhou em outros Estados, estudos dessa natureza e está em condições de simplificar-lhes o trabalho, além de estinar a importância dos mesmos.

Estados	Nº de municípios	Nº aproximado de escolas	Especificação do trabalho	Período	Recursos
Maranhão	129	3.795	1-Elaboração do questionário específico	agosto	10.000,00
			2-Treinamento dos aplicadores	setembro	10.000,00
Piauí	120	2.364 *	3-Coleta dos dados	outubro	40.000,00
			4-Programação e apuração	novembro	20.000,00
					60.000,00

* Dados de 1967 - SEEC.

2 - Implantação de reformas e entrosamento de áreas administrativas.

A - Estatísticas educacionais das Secretarias de Educação.

Uma reestruturação das Secretarias de Educação de alguns Estados acaba de ser aprovada, fazendo-se sentir a necessidade de assistir tecnicamente à implementação de novos serviços, à organização de trabalhos de rotina, à definição, na prática, das relações entre certos órgãos.

O SAT/INEP vem recebendo solicitações de assistência técnica, especialmente na área das estatísticas educacionais.

O projeto visaria especificamente a orientar a:

- a) organização de um sistema de cadastro
 - de prédios
 - de professores
- b) organização de um sistema de registro de alunos.

F a s o s	Período	Local	Recursos
Estudo do sistema existente	agosto e setembro	Maranhão	10.000,00
Proposição de reformulação	outubro	"	20.000,00
Treinamento do pessoal em ciclo	novembro	Piauí	20.000,00
			50.000,00

B - Estatísticas Educacionais do Estado.

O levantamento da rede escolar que se faz necessário (Atividade 1) não se deve realizar anualmente, já que todo um sistema de coleta e apuração dos dados está montado em todos os Estados. Por esta razão é imprescindível um entrosamento das Secretarias de Educação com os demais órgãos (DEE, IEGE, Superintendências de Desenvolvimento, Prefeituras Municipais) que se ocupam de estatísticas de educação. Assim se caminhará para um aproveitamento racional dos recursos com intensa utilização da capacidade existente.

F a s e s	Período	Local	Recursos
Estudos das funções e capacidade de cada órgão	agosto	Maranhão	5.000,00
Estudos dos dados disponíveis	setembro		5.000,00
Reuniões para o entrosamento necessário	outubro	e	7.000,00
Documento final - Divulgação	novembro	Piauí	3.000,00
			20.000,00

3 - Reformulação do Ensino Primário e Normal.

A assistência técnica concentrada permitirá que os Estados beneficiados revejam sua realidade educacional e introduzam as mudanças que se fizerem necessárias quanto à organização e estrutura do ensino. É ocasião portanto de se estudarem os currículos e programas vigentes, a política de matrícula, a qualificação do pessoal docente, o aproveitamento de pessoal qualificado. O estudo, envolvendo o mais possível o pessoal do quadro de ensino e levado a cabo concomitantemente com o levantamento da rede, visará, além de interessar e responsabilizar a todos, a propor novos esquemas a serem implantados experimentalmente em 1970. Serão tratados especialmente os problemas relativos à reformulação de ensino primário e normal: currículos, programas, sistemas de promoção, organização de turmas, critérios de avaliação de rendimento.

Será feito inicialmente, em contato com os administradores do sistema escolar, a realização de uma coleta de dados para o levantamento da situação do ensino primário e normal do Estado.

Conhecidas as condições existentes, haverá encontros com os administradores e educadores visando a estabelecer as bases em que se processarão as reformulações que se fizerem necessárias.

F a s e	Período	Local	Recursos
Encontros com administradores escolares e educadores. Levantamento de dados para conhecimento das condições existentes.	agosto		10.000,00
Formação do <u>staff</u> técnico estadual que conduzirá as atividades a serem desenvolvidas.	agosto	Maranhão	7.000,00
Seminários e treinamento de diretores de escolas primárias	setembro		15.000,00
Seminários e treinamento de professores primários.	setembro	e	25.000,00
Seminários e treinamento de diretores de escolas normais.	outubro		5.000,00
Seminários e treinamento de professores de ensino normal.	outubro	Piauí	12.000,00
Elaboração de material de estudo e didático.	set.out.		30.000,00
		TOTAL:	104.000,00

Observação: A programação das atividades previstas para o Projeto III poderá sofrer alterações de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos.

REUNIÃO DE DIRETORES DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E ASSESSORES

OPERAÇÃO-ESCOLA

Contrôle por métodos estatísticos

Este documento tem por objetivo estabelecer o controle de execução da "Operação-Escola" por métodos estatísticos.

Os objetivos da Operação-Escola foram definidos pelo Decreto nº 63.258, de 19 de setembro de 1968, e sua fase preparatória foi explicada no documento "Cumprimento da obrigatoriedade escolar".

Para estabelecer os procedimentos de controle da Operação-Escola convém fixar detalhadamente esses objetivos e identificar as dificuldades de execução dos mesmos para poder vencê-las.

Neste documento serão examinados sucessivamente:

- 1º - os objetivos da Operação-Escola e suas dificuldades de execução
- 2º - os dados estatísticos a serem obtidos nos diversos níveis
- 3º - o "painel de controle" da Operação-Escola.

I - OBJETIVOS DA OPERAÇÃO-ESCOLA E DIFICULDADES DE SUA EXECUÇÃO

A Operação-Escola visa a obter nas cidades, em uma primeira fase, a escolarização efetiva de todas as crianças que, de acordo com a lei de obrigatoriedade escolar, são escolarizáveis, isto é, as crianças de 7 a 14 anos. Na prática, ela tem, portanto, dois objetivos essenciais:

- a) que as crianças que não frequentam a escola sejam "escolarizadas";
- b) que as crianças inscritas na escola tenham uma "escolarização completa".

Os termos "escolarizada" e "escolarização completa" devem ser definidos: ser escolarizado não significa apenas ser matriculado na escola; por seu lado, escolarização completa significa o nível de formação previsto pelo sistema educacional, isto é, 4, 5 ou 6 anos - de acordo com o Estado - podendo essa duração ser de até 8 anos.

Definidos esses dois pontos, convém agora identificar as dificuldades de controle e de execução do empreendimento. Do ponto-de-vista estatístico, podem ser apresentadas assim:

- 1 - Os recenseamentos demográficos por setor são precários e os dados por ano de idade são apenas "estimativos". Quem estará apto a fornecer, com precisão suficiente, o número exato de crianças dos dois sexos em idade de escolarização? Parece indispensável o concurso dos serviços demográficos dos departamentos estatísticos estaduais para o fornecimento de, pelo menos, três dados essenciais por setor escolhido:

- a distinção, por sexo e por ano de idade, das crianças de 7 a 14 anos em 1968;
- a taxa de crescimento demográfico de cada ano de idade;

- a importância dos deslocamentos de população - com suas repercussões sobre o número de crianças de 7 a 14 anos - seja pela partida para outros locais, seja por afluxo para a cidade em estudo.
- 2 - Se se pode considerar que o recenseamento por idade da população escolarizada não oferece dificuldades, parece menos fácil a distinção, entre os não-escolarizados, do número de crianças que nunca frequentaram a escola e dos que a frequentaram de modo ou incompleto ou satisfatório. É preciso, em seguida, definir qual o tipo de escolarização que se deseja proporcionar a cada um dos grupos de crianças atualmente fora da escola:
- escolarização completa a todos os menores de 10 anos?
 - escolarização especial a todos os maiores de 10 anos?
 - escolarização suplementar a todos os que já foram beneficiados com uma escolarização parcial?
- 3 - O conhecimento exato da rede de construções escolares e da disponibilidade de salas de aula parece igualmente prioritário. O sistema atual de levantamento de dados estatísticos por "unidade escolar" não permite conhecer com a precisão necessária os meios físicos de que se dispõe: um mesmo prédio de três salas utilizado três vezes - pela manhã, tarde e noite - por 3 unidades escolares diferentes aparecerá 3 vezes nos levantamentos atuais e dará a ilusão de que se dispõe de 9 salas, nas quais se poderia organizar 3 turnos, isto é, 27 grupos de alunos, quando, na realidade, o prédio só pode comportar 2 turnos por sala, ou 6 grupos de alunos ... uma vez que à tarde as salas são utilizadas por "unidades de ensino médio". Num caso assim, que critério vencerá; prioridades ao 1º ou ao 2º grau?

Convém, pois, montar o dispositivo que permitirá conhecer com exatidão a capacidade da rede escolar atual.

- 4 - A mesma observação se impõe em relação ao pessoal docente. É indispensável conhecer:
- de um lado, a disponibilidade eventual do pessoal que exerce funções de ensino. Os dados atuais não permitem fazê-lo, pois só enumeram os cargos ou as funções docentes fixas e não as pessoas, havendo, além disso, ambigüidade sobre a função; algumas vezes os professores especializados são contados como "professores com regência de classe".

Torna-se, pois, difícil saber como poderia ser melhor utilizado o pessoal atualmente "em exercício de magistério".

- de outro lado, a disponibilidade do pessoal que teve formação de professor e
 - a) exerce outras funções, administrativas por exemplo, nas Secretarias de Educação;
 - b) exerce outras funções em outras Secretarias ou organismos públicos ou privados;
 - c) não trabalha atualmente, mas poderia participar no esforço de escolarização da Operação-Escola.
- 5 - A multiplicidade dos organismos responsáveis pelo ensino torna difícil a centralização dos dados. Parece indispensável, na orientação da Operação-Escola, conciliar a autonomia de que gozam os Estados, mu

nicípios e entidades particulares com a necessidade de uma visão global da situação do ensino, o que deveria ser bastante fácil de obter nas cidades escolhidas. Isto significa que o responsável local pela Operação-Escola deverá dispor dos meios que lhe permitam coordenar a coleta dos dados necessários, seu controle, sua interpretação e suas conseqüências do ponto-de-vista das medidas a serem tomadas. Uma vez que a parte estatística é muito importante, torna-se inevitável que esse responsável seja assessorado por um estatístico e administrador escolar; é preciso, pois, procurar esse tipo de pessoa, ou formar rapidamente o pessoal susceptível de se interessar por essas questões.

II - RELAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS A SEREM RECOLHIDOS NOS DIVERSOS NÍVEIS

O anexo ao Decreto nº 63.258 relaciona os dados necessários à Operação-Escola. Limitar-nos-emos aqui, portanto, a examinar como e por quem podem êles ser reunidos, especificando os diversos níveis possíveis de informação, isto é:

- o professor para sua classe;
- o diretor da escola para tudo o que concerne a seu estabelecimento;
- o responsável de setor;
- o responsável pelo conjunto da operação.

1- Dados a serem recolhidos pelo "professor" (além das informações fornecidas regularmente).

Êles se referem essencialmente à idade (1) dos alunos e devem poder ser comparados à idade dos meninos e das meninas a serem escolarizados. A documentação da Operação-Escola deverá, pois, estabelecer uma ficha por turma, que conterá a situação no início do ano (separação dos alunos em relação à repetência, isto é, em novos e repetentes), as ocorrências no decorrer do ano (matriculas ou saídas), a situação no fim do ano, com os resultados dos exames finais - Cf ficha 1 - (a distinção meninos, meninas e total é feita para facilitar a comparação com os dados demográficos).

Observações: Essa ficha 1 contém apenas dados brutos relativos a:

- I efetivo no início do ano;
- II matriculados no decorrer do ano;
- III alunos que deixam a escola no decorrer do ano;
- IV efetivo no fim do ano;
- V aprovados;
- VI reprovados.

Para cada um dos dados, o professor deve verificar que o efetivo total seja a soma dos repetentes com os novos, tanto em relação aos meninos, como às meninas e ao total.

Além disso, o dado nº IV corresponde a I + II - III, e também à soma V + VI.

A ficha 1 deve indicar o nome e o endereço da escola, a série escolar, o nome do professor e as informações sobre o turno, isto é, seu horário.

Quando o professor tiver alunos em diversas séries, ele deverá preencher tantas fichas quantas forem as séries e essas fichas deverão ser grampeadas juntas.

Se o professor ensinar em 2 turnos, preencherá duas fichas, uma para cada turma que reja, especificando a série e o horário.

(1) Anos completos no decorrer do ano letivo.

É útil também que o professor preencha duas outras fichas de informações:

ficha 2 - relativa aos alunos inscritos durante o ano, indicando, sempre que possível, a proveniência de cada aluno: da própria cidade, de outra cidade, do Estado, da zona rural do Estado, de uma cidade de outro Estado, da zona rural de outro Estado.

ficha 3 - relativa aos alunos que deixam a escola durante o ano, indicando, sempre que possível o motivo da saída:

- transferência para outra escola da cidade
- transferência para outra cidade do Estado
- transferência para outro Estado
- moléstia prolongada
- morte
- outros motivos.

2 - Documentação a ser fornecida pelo diretor da escola

O diretor da escola deve fornecer um "dossier" sobre seu estabelecimento. Esse "dossier" deverá comportar, em primeiro lugar, todas as fichas 1, 2 e 3 (relativas a cada turma da escola), assim como conter resumos e informações sobre a organização escolar, isto é, além do pessoal e do número de salas de que dispõe, a maneira como são utilizados.

1º) Identificação do estabelecimento - informações habitualmente fornecidas, isto é:

enderêço exato, autoridade responsável pelo estabelecimento e nome do diretor.

Indicar se as dependências do prédio escolar são utilizadas unicamente por esta escola ou se abrigam outras; neste último caso dizer quais são elas e em que horário funcionam.

2º) Pessoas ligadas ao estabelecimento

Essas informações são as mesmas que figurarão daqui em diante nas fichas utilizadas pelo S. E. E. C. e pelos agentes do I. E. G. E., a saber:

- número de pessoal lotado na escola (1)	total	feminino
- número de pessoal administrativo (2)	total	feminino
	com regência de classe	total
		feminino
- número de pessoal docente (3)	sem regência	total
	total docente	total
		feminino

-
- (1) Pessoal lotado na escola é a soma do pessoal administrativo, docente, subalterno e afastado.
 - (2) Pessoal administrativo - Diretor, Secretário, Auxiliar de Secretaria, administração em geral.
 - (3) Pessoal docente - é todo aquele que dá aula: Orientador, Auxiliar de Regência, Auxiliar de Orientação, Educador Sanitário, Regente de Classe, Professor Especializado (Música, Educação Física, Desenho, Artes Industriais ...) etc.

- número de pessoal subalterno (1) total feminino
- número de pessoal afastado (2) total feminino

39) Organização escolar

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Série	Primeiro Turno das....às....h		Segundo Turno das....às....h		Terceiro Turno das....às....h		Quarto Turno (3) das....às....h	
	nº de turmas	nº de alunos	nº de turmas	nº de alunos	nº de turmas	nº de alunos	nº de turmas	nº de alunos
1 ^a
2 ^a
3 ^a
4 ^a
5 ^a
6 ^a
Total
Salas Ocupadas (Por turno)								
Área das Salas								

- número de salas de aula em construção
- data prevista de sua instalação

49) Resumos

Visarão a reunir as fichas das turmas de uma mesma série em um quadro único do mesmo modelo que a ficha 1 e complementá-lo com as informações e % indicadas abaixo:

FICHA 1	COMPLEMENTO A SER PREENCHIDO PELO DIRETOR
Para cada série escolar	Quantas salas são utilizadas por esse conjunto de alunos
	Quantos professores, no total?
	Quantos professores com regência de classe
	Quantos turnos
	% de alunos matriculados durante o ano (total de II sobre total de I)
	% de alunos que deixam a escola durante o ano (total de III sobre total de I)
	% de aprovados entre os repetentes
	% de aprovados entre os novos matriculados
% de aprovados (no total)	

(1) Pessoal subalterno - servente e guardião.

(2) Pessoal afastado - à disposição de outros órgãos ou em licença superior a um mês.

(3) Esta situação em 1969 será excepcional.

3 - Trabalho estatístico do responsável de setor

A. O responsável de setor deve reunir os "dossiers" de tôdas as escolas, classificando-as, de acôrdo com as autoridades responsáveis pelo ensino, em:

estaduais
municipais
particulares.

É a ocasião para constituir a lista de tôdas as escolas primárias existentes. Em cada conjunto, serão reagrupadas as escolas primárias que funcionam no mesmo local (1).

A análise desses "dossiers" deverá ser feita buscando-se:

- de um lado, estabelecer a situação de conjunto do setor;
- de outro, identificar os pontos de má organização escolar.

Situação de conjunto do setor - Ela consistirá em estabelecer resumos dos dados contidos nos "dossiers" escolares para ter uma visão:

- 1 - do número e da idade das crianças escolarizadas;
- 2 - do número de horas de aula que os alunos receberá;
- 3 - da pirâmide escolar;
- 4 - das percentagens de aprovados e reprovados;
- 5 - da importância do número de alunos provindos das zonas rurais e de outros Estados;
do número de alunos que deixam a cidade em mudança para outros Estados, etc ... (análises das fichas 2 e 3);
- 6 - do número de salas de aula existentes e divididas de acôrdo com sua utilização horária em 1 turno (horas)
 - 2 turnos
 - 3 turnos;
- 7 - do número de salas em construção cuja utilização possa ser prevista para uma determinada data;
- 8 - do número de prédios segundo o número de salas de aula:
 - de 1 sala
 - de 2 salas
 - de 3 salas etc.
- 9 - do número de professôres em "regência de classe" e da percentagem que eles representam no conjunto do pessoal.

(1) O recenseamento de "locais escolares" empreendido pelo SEMEC para 1969 permitirá dar um número de código a cada local e a cada escola. Enquanto isso, os responsáveis de setor poderão ou utilizar a ficha SEMEC, dando-lhes números provisórios, ou utilizar o método de reagrupamento em função do endereço, indicado acima.

Identificação dos pontos de má organização escolar

Não é a recapitulação que permite essa identificação, mas a análise individual de cada "dossier".

Deverão ser individualmente destacados os casos de:

- salas muito pouco utilizadas;
- salas muito utilizadas;
- horas de aulas a serem recuperadas ou completadas;
- professores não utilizados; verificação dos casos em que o pessoal com "regência de turma" está em proporção pequena.

B - A situação demográfica da cidade não me parece poder ser levantada sem os serviços demográficos do departamento estatístico do Estado. Ela consistirá em fazer uma pirâmide das idades das crianças da cidade, pirâmide que poderá ser comparada à distribuição total por ano de idade das crianças escolarizadas e permitirá calcular os déficits por ano de idade.

São êsses os elementos que melhor expressarão o esforço a ser realizado no quadro da Operação-Escola.

C - A estimativa do potencial de professores não utilizados em tarefas de ensino poderá ser feita, de um lado, com a divisão do pessoal e, de outro, com os estabelecimentos de formação de pessoal docente (escolas normais).

4 - O trabalho do responsável pela operação.

O grupo responsável pela Operação-Escola deverá, essencialmente, a partir dos dados fornecidos pelos Estados, elaborar o "painel de controle" da operação, cujos detalhes serão fornecidos adiante.

A situação será basicamente examinada por Estado e por cidade. O fato de reunir todos os "dossiers" só tem interesse na medida em que puderem ser explicadas as transferências de cidade para cidade, Estado para Estado, e quando puder ser estimado o esforço global empreendido e o esforço ainda a ser realizado para que se possa ter uma orientação sobre as medidas a serem tomadas.

Segundo os casos, o grupo federal poderá pedir aos Estados que disponham do pessoal necessário à elaboração do "painel de controle". As formas de assistência técnica a ser dada serão estudadas ulteriormente.

III - O "PAINEL DE CONTROLE" DA OPERAÇÃO-ESCOLA.

É indispensável calcular-se um certo número de "indicadores" ou de "coeficientes" que permitam seguir o desenrolar da Operação-Escola, controlar anualmente as diversas etapas, estar alerta quando os objetivos não forem atingidos a fim de se poder procurar e pôr em execução as soluções adequadas.

Distinguiremos os indicadores "estáticos" - isto é, os que definem a situação existente - e os indicadores "dinâmicos" - que informam sobre o desenrolar da operação.

A - Indicadores estáticos

- 1º) Estrutura dos efetivos matriculados, também chamada de pirâmide escolar ou distribuição dos alunos por série ou ano de estudo (percentagem de alunos por série ou ano de estudo).

- 29) Distribuição dos alunos por ano de idade e por sexo, ou pirâmide das idades da população escolarizada a fim de permitir a comparação com a pirâmide da população escolarizável e medir os "deficits".
- 39) A combinação dos dois dados precedentes, isto é, a indicação, sobre a 2a. pirâmide, do nível de estudos atingido pelos alunos constitui o dado essencial da Operação, uma vez que dimensiona, ao mesmo tempo, o número dos alunos escolarizados e o nível que eles obtiveram.
- 49) O número de alunos novos matriculados no 1º ano, separados por sexo e por idade.
- 59) O número de alunos matriculados no decorrer do ano, isto é, vindos do interior do Estado ou de outros Estados, separados por sexo, por idade e por série escolar e a % que eles representaram em relação ao efetivo global.
- 69) O número de alunos que deixaram a escola durante o ano, separados por sexo, idade e série escolar e a percentagem que eles representaram em relação ao efetivo global.
- 79) O número de repetentes por série escolar, separados por idade e sexo e a % dos repetentes por série.
- 89) O número de alunos aprovados por série de estudo, separados por idade e por sexo e a % de aprovados por série.
- 99) O número de "regentes de classe" e sua percentagem dentro do total do "pessoal docente".
- 109) A % de "normalistas" entre os regentes de classe.
- 119) A relação alunos/regentes de classe por estabelecimento para obter, de um lado, uma média de outro lado, uma distribuição dos estabelecimentos em função dessa relação.
Exemplo: x estabelecimentos - de 28 alunos
y " - de 28 a 30 alunos
z " - de 30 a 32 alunos
etc.
- 129) A relação alunos/salas, estabelecida da mesma maneira que a precedente.
- 139) A distribuição dos estabelecimentos em função do número de salas e de turnos.
- 149) A distribuição dos alunos por série escolar, em função do número de horas de curso recebidas.

B • Indicadores dinâmicos

- 19) A comparação, de um ano letivo com o ano seguinte, de todos os indicadores citados acima mostrará como evolui a situação.

Cada vez que isto for possível, será então estabelecido um quadro com uma coluna para cada um dos anos escolares futuros. Será necessário a duração de pelo menos um ciclo primário completo, seja de 4 ou 6 anos, para medir o fracasso ou o êxito da Operação.

A significação da evolução desses indicadores é evidente: proporcionará ulteriores explicações.

39) Taxa de progressão dos efetivos escolares. Essa taxa é a relação (expressa em porcentagem) que une um curso (série) dado no ano t ao efetivo do curso imediatamente inferior: o dado no ano $t-1$.

Por exemplo:

$$\frac{\text{Matrícula da 3ª série de 1967}}{\text{Matrícula da 2ª série de 1966}}$$

Em um ano letivo ao seguinte, há progressão dos efetivos de uma série à seguinte do ciclo de formação.

Nessa ocasião, e num mesmo nível ou série, uma taxa que aumenta regularmente traduz um aumento da capacidade acolhedora do curso ou da série do mais alto nível, portanto uma melhoria do fluxo de efetivos; não constitui, porém, de maneira alguma, um critério suficiente de apreciação das condições do ensino, porque pode ser obtido aumentando exageradamente a relação alunos/professor.

Uma taxa que baixa regularmente traduz uma diminuição de ritmo no fluxo de efetivos, e é um sinal inquietante.

A constância da taxa significa que a escolarização, mesmo quando aumenta em volume (aumento dos efetivos), desenrola-se na escala global de maneira idêntica, os fluxos de efetivos escoando-se no mesmo ritmo.

Grandes flutuações nas taxas, num curto período, traduzem invariavelmente uma política incoerente dos efetivos.

39) Taxa de promoção dos alunos.

O conhecimento do número de repetentes por série ou ano escolar permite calcular quantos alunos passam realmente de um curso ao outro, de um ano escolar para o seguinte e de obter uma taxa de promoção, indicativa de rendimento.

Por exemplo, no fim do ano de 1966, achavam-se matriculados na 1ª série das escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro 218.276 alunos. Entre esses, 167.669 ou seja 76,8% foram aprovados, e portanto 50.607 ou seja 23,2%, reprovados.

Em 1967, havia 100.887 alunos matriculados na 2ª série, dos quais 10.464 repetentes, o que quer dizer que 90.423 tinham sido promovidos da 1ª para a 2ª série.

$$\text{A taxa real de promoção é então } \frac{90.423}{218.275} \times 100 = 41,4\%$$

Pode-se ver, por outro lado, que um número elevado de aprovados que deveriam ter sido promovidos, não tornaram a se matricular na escola:

$167.669 - 90.423 = 77.246$, ou seja 46,1% dos aprovados e 35,4% dos efetivos do fim do ano.

Mais do que a taxa de aprovação, a taxa de promoção é um indicador essencial, quantitativo e qualitativo, do desenvolvimento da escolarização.

4º) Taxa de evasão

As saídas durante o ano, calculadas acima, constituem o que se chama geralmente "a evasão imediata".

De fato, acaba de ser visto, no exemplo citado com o fim de ilustrar a promoção real, que um certo número de alunos abandona a escola de um ano escolar para o seguinte; é o fenômeno da "evasão mediata".

É conveniente porém, distinguir duas espécies de "evasão mediata".

- a) os alunos que, embora aprovados, não continuam os estudos. No exemplo precedente, eles constituíam 46,1% dos "aprovados" e "35,4%" dos efetivos do fim do ano;
- b) os alunos "reprovados" que não continuam seus estudos, isto é, os que não são encontrados entre os repetentes do mesmo curso do ano seguinte. Sempre dentro do exemplo escolhido, contavam-se 50.607 "reprovados" da 1^a série em 1963 e 43.616 repetentes da 1^a série em 1967. A diferença, ou seja 6.991 alunos, representam a segunda forma de evasão. Fazemos notar que ela constitui apenas 3,2% dos efetivos do fim do ano, e 13,8% dos "reprovados".

Essas duas taxas constituem igualmente elementos essenciais na apreciação do desenrolar da escolarização.

5º) Taxa de aumento dos efetivos

- a) A taxa anual de aumento dos efetivos globais indica essencialmente o aumento dos encargos escolares calculado em termos de efetivos inscritos;
- b) as taxas de crescimento anual dos efetivos por curso têm maior significação, pois seu conjunto traduz a mudança de estrutura dos efetivos matriculados. A análise das taxas de crescimento anual por série ou ano escolar, para um ciclo primário, leva às mesmas observações que a análise da evolução das taxas de progressão. Pode ocorrer aumento dos efetivos, sem que por isso os fluxos melhorem.

Por exemplo:

1 ^a série	2 ^a série	3 ^a série	4 ^a série	Total
1000	800	600	400	2400
1100	880	660	440	3080
1210	968	726	484	3388
1331	1065	799	532	3727

Os efetivos aumentam em 10% por ano, e as taxas de progressão continuam constantes 88% da 1^a em 2º ano, 82,5% do 2º em 3º ano, 73,3% do 3º em 4º ano.

- c) O conhecimento do número de repetentes no 1º ano permitirá saber o número de matrículas novas na escola primária, e é justamente o aumento do número de novas matrículas que permite a expansão real da escolarização.

Num país inteiramente escolarizado, essa taxa de crescimento deve corresponder à taxa de crescimento demográfico da faixa de idade de entrada à escola, isto é, 6 ou 7 anos.

Num país de déficit escolar, deve ser superior à taxa de crescimento demográfico, senão não haverá expansão real da escolarização e o número de analfabetos crescerá dentro da população escolarizável.

C - Os sinais de alerta no desenvolvimento da Operação-Escola
(execução)

O exemplo desses indicadores e de sua evolução constituem os elementos de controle da operação.

Um certo número fornecerá conhecimentos de ordem quantitativa, por exemplo:

- as taxas de crescimento dos efetivos que aumentam ou diminuem;
- as taxas de abandono escolar que aumentam ou diminuem.

Outros dados fornecerão elementos da melhoria ou da deterioração dos fluxos:

- taxas de progressão que aumentam ou diminuem.

A maioria permitirá julgar a qualidade da operação, por exemplo:

- taxas de repetência que diminuem ou aumentam;
- taxas de promoção que diminuem ou aumentam;
- relação alunos/professores que diminuem ou aumentam;
- % de professores qualificados que diminuem ou aumentam;
- % de crianças que recebem menos de 4 horas de ensino por dia que aumenta ou diminui etc...

CONCLUSÃO: Esse documento constitui apenas um esquema das diferentes fases do controle da Operação-Escola. Será completado posteriormente. Afastou deliberadamente todas as considerações de ordem financeira que poderiam entrar o desenvolvimento da Operação. Com efeito, visa somente mensurar o grau de execução; as dificuldades aparecerão se o painel for bem mantido e a procura das causas será facilitada. Esse esquema não deve, de forma alguma, ser assimilado a um relatório de atividades.

ESCOLA:
SÉRIE (1)
NOME DA PROFESSORA COM REGÊNCIA DE CLASSE

ENDEREÇO:
TURNO DAS hs. às hs.

			ANOS COMPLETOS NO DECORRER DO ANO LETIVO										
			6	7	8	9	10	11	12	13	14	15 e +	
I	No início do ano	REPETENTES	M										
			F										
			T										
		NOVOS INSCRITOS	M										
			F										
			T										
		EFETIVO TOTAL	M										
			F										
			T										
II	Inscritos durante o ano	REPETENTES	M										
			F										
			T										
		NESTA SÉRIE	M										
			F										
			T										
		EFETIVO TOTAL	M										
			F										
			T										
III	Saíndo da escola durante o ano	ERAM	M										
		REPETENTES	F										
			T										
		ERAM	M										
		NOVOS INSCRITOS	F										
			T										
		EFETIVO TOTAL	M										
			F										
			T										
			T										
IV	No fim do ano	REPETENTES	M										
			F										
			T										
		NOVOS INSCRITOS	M										
			F										
			T										
		EFETIVO TOTAL	M										
			F										
			T										
V	Aprovados	ENTRE OS REPETENTES	M										
			F										
			T										
		ENTRE OS NOVOS INSCRITOS	M										
			F										
			T										
		TOTAL	M										
			F										
			T										
VI	Reprovados	ENTRE OS REPETENTES	M										
			F										
			T										
		ENTRE OS NOVOS INSCRITOS	M										
			F										
			T										
		TOTAL	M										
			F										
			T										

(1) Série: definir os primeiros níveis
CP 1º A, 1º B, 1º C

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

OPERAÇÃO-ESCOLA

Subsídios para uma Reformulação do Ensino Primário Brasileiro

Grupo de trabalho:

Lúcia Marques Pinheiro
Nise Pires
Norma Cunha Csóric

Setembro de 1968

OPERAÇÃO - ESCOLA

META GERAL - Elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e o aumento de produtividade do ensino primário.

I. Aplicação do conceito de produtividade à educação

A produtividade em educação permite que esta se torne fator ponderável para o desenvolvimento econômico e social do país, proporcionando aos educandos uma formação desejável, tendo em vista os objetivos sociais, políticos e econômicos nacionais.

A formação adequada, que vá sendo oferecida aos indivíduos, permitirá que eles tenham melhores condições de satisfazer suas necessidades e aspirações pessoais, colocadas num nível mais alto.

O aumento da produtividade em educação se traduz por um fluxo mais rápido das crianças escolarizadas, a par da formação, pela escola, de produtos de melhor nível de qualidade, em termos dos objetivos amplos da educação e mais adequados às necessidades sociais e econômicas.

II. Produtividade atual do ensino primário brasileiro

O nosso ensino primário apresenta condições baixíssimas de produtividade. Assim: cerca de 1/3 das crianças em idade escolar não frequentam a escola; o índice de evasão é de, no mínimo, 34%; cerca de 50% dos alunos de nível primário estão na 1.ª série escolar; o custo do aluno aprovado corresponde a duas vezes e meia, em média, o custo do aluno-ano.

III. Causas da baixa produtividade do ensino primário

Tais causas são múltiplas e complexas e, entre elas, destacamos:

- . os currículos e programas de curso primário são extensos, mal dosados, não levando em conta as condições da criança e a carga horária disponível
- . os sistemas de promoção exigem padrões demasiado elevados
- . os professores, de um modo geral, não têm preparo conveniente
- . o curso primário é de duração insuficiente na maioria dos Estados
- . a carga horária é absolutamente insatisfatória

IV. Soluções propostas

A - Considerações preliminares

Vivemos numa sociedade democrática e um dos princípios básicos desse regime é o da igualdade de oportunidades para todos, de forma que cada indivíduo tenha a possibilidade de se desenvolver ao máximo, dentro de suas capacidades.

Sendo os indivíduos diferentes uns dos outros, não é possível fixar uma quota de conhecimentos a serem dominados indistintamente pelos alunos, sem levar em conta as variações de inteligência, aptidão, interesses, necessidades.

Assim, a primeira condição de um sistema democrático de ensino é ser flexível, principalmente em relação a programas e métodos;

Nossos programas são geralmente únicos, por série escolar, em cada Unidade da Federação. São, além disso, ambiciosos: pedem na 1.^a série o que países mais adiantados pedem na 2.^a série, na 4.^a o que é pedido na 6.^a e assim por diante(1), devendo ser lembrado o fato de que a nossa carga horária é inferior à daqueles países.

Assim, a maioria dos sistemas escolares brasileiros ainda se limita a 4 anos e, devido à nossa pequena carga horária, esses 4 anos de estudo, numa escola de 4 horas diárias de aula e 22 semanais, correspondem a:

- 3, 1 anos nos Estados Unidos
- 2, 8 anos na França
- 2, 6 anos na Inglaterra
- 2, 8 anos na URSS
- 2, 7 anos na Suécia
- 2, 4 anos na Suíça

Quatro anos numa escola primária de 3 horas diárias de aulas e 17 semanais correspondem a:

- 2, 5 anos nos Estados Unidos
- 2, 3 anos na França
- 2, 1 anos na Inglaterra
- 2, 3 anos na URSS
- 2, 2 anos na Suécia
- 1, 9 anos na Suíça

As provas não medem o essencial e são demasiado exigentes, detendo-se em minúcias inúteis.

Essas condições destroem a flexibilidade da educação que é oferecida a nossos alunos, dando como resultado que a proporção entre os que cursam o 4º ano e os alunos de 1º seja, em média, de 16%, quando deveria ser de mais de 80% (100% - taxa de aumento da população escolar em 4 anos) (2). Levando em conta que apenas 16% das crianças têm inteligência abaixo da média (3), se mais do que essa percentagem é reprovada ou considerada deficiente e necessitando de recuperação, o ensino não está sendo adaptado às condições das crianças, nem atendendo às diferenças individuais.

Pelo exposto, verifica-se que é urgente e inadiável uma reformulação do ensino primário. Considerando as deficiências técnicas desse ensino, julgamos que as soluções propostas devem basear-se nas condições existentes, para elevá-las gradual e controladamente.

-
- (1) V. "Serão adequados os programas brasileiros de curso primário?" trabalho apresentado pelo INEP na III Conferência Nacional de Educação.
- (2) Essa taxa foi, para o período 1962-1965, de 18%.
- (3) O esperado seria que apenas esses 16% não concluíssem os 4 anos de curso primário em 4 anos, mas acontece justamente o contrário: 84% não concluem o curso em 4 anos, o que é conseguido apenas pelos 16% mais bem dotados.

B.- Providências desejáveis

1 - Reforma de programas no sentido de se adaptarem às condições das crianças; proposição de programas diversificados para atenderem às diferenças individuais. Estudo Experimental desses programas.

2 - Mudança das provas no sentido de que meçam o essencial e atendam ao desenvolvimento psicológico da criança em cada etapa escolar.

3 - Abolição do regime que prevê a realização da 1ª série em mais de um ano letivo (1), o que leva à baixa de produtividade da escola (V. quadros 1 e 2).

4 - Mudança da mentalidade do professor para que aceite as modificações, integrando-se à Operação-Escola.

5 - Incentivo ao professor, premiando-o pelo aumento da produtividade, inclusive com estímulos financeiros.

6 - Organização de turmas por idade dentro da série escolar. Adotando como primeiro critério a série e como segundo a idade, encaminhamento para um mais adequado sistema de promoção.

7 - Promoção mais flexível.

É importante a seqüência em que tais medidas sejam tomadas. A mudança do sistema de promoção, por exemplo, deve ser precedida da reformulação de currículos, programas e provas e do preparo do professor, pois, do contrário, não atingirá os objetivos a que se propõe. Estudos realizados sobre os resultados obtidos em Estados que mudaram seu sistema de promoção sem aqueles cuidados prévios revelaram que o tempo médio que as crianças levaram para chegar à 4ª série foi o mesmo despendido pelos alunos de outros Estados não sujeitos à promoção flexível; não se verificou, pois, o avanço ou o fluxo mais rápido das crianças através dos níveis de ensino, que é um dos objetivos desse tipo de promoção.

As medidas propostas, que devem ser adotadas em cada Unidade da Federação, atendendo às condições que lhes são peculiares, contarão com a colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nos seguintes aspectos:

1 - preparo de líderes para instituir a reformulação do ensino e avaliar, a cada passo, os resultados obtidos

2 - apresentação de sugestões e auxílio prático na elaboração de currículos, programas (2) e provas e no preparo de pessoal

3 - realização de pesquisas a curto prazo sobre os pontos críticos a serem atacados nas várias medidas a serem tomadas

4 - apresentação de trabalhos e experiências já vividas nas escolas experimentais do INEP

5 - estudos sobre construções escolares - localização, adequação de condições, custos.

(1) Neste regime, os alunos são promovidos, por exemplo, da 1ª série preliminar para a "1ª série adiantada" e não para a 2ª série. O sistema leva o professor a retardar o processo de alfabetização dos alunos.

(2) O INEP está estudando programas de 9 países dos mais desenvolvidos do mundo, com vistas a colher sugestões para oferecer nos Estados.

V. Cronograma das atividades a serem desenvolvidas até dezembro de 1969

PERÍODO	ATIVIDADE
Setembro/Outubro 1968	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Preparo, pelo INEP, de uma prova-diagnóstico a ser aplicada a 10% dos alunos de 1º ano primário da rede escolar pública das capitais dos Estados e Territórios. O objetivo da prova é diagnosticar a situação atual do ensino no 1º ano, tendo em vista fixar a influência que os seguintes fatores estejam exercendo na aprendizagem e rendimento escolar: critérios de promoção, preparo do professor, mudança de professor durante o ano, carga horária, materiais de ensino. 2 - Preparo, ainda, de um questionário destinado aos diretores e outro aos professores das escolas da amostra.
De 1º/novembro a 15/dezembro de 1968	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Reunião de estudos com os Diretores dos Departamentos de Educação Primária Estaduais, com os Diretores das Divisões de Educação dos Territórios e respectivos assessôres para encaminhamento da reformulação do ensino primário. 2 - Aplicação, sob a responsabilidade das Secretarias de Educação estaduais e das Divisões de Educação dos Territórios, da prova-diagnóstico do INEP. 3 - Remessa - pelas Secretarias de Educação estaduais e pelas Divisões de Educação dos Territórios - ao INEP, do seguinte material: <ul style="list-style-type: none"> - questionários, devidamente completados, dos diretores e professores das escolas da amostra - listas de resultados, por turma da amostra, das provas-diagnóstico - listas de resultados - por turma da amostra - das provas de promoção a que os alunos tenham sido submetidos, com a indicação da promoção ou reprovação de cada aluno - modelo da prova de promoção aplicada no Estado ou Território e indicação do critério pelo qual os alunos foram promovidos ou reprovados.
2ª quinzena de dezembro de 1968 Janeiro de 1969	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Análise estatística dos resultados obtidos nos dois tipos de provas, com vistas a verificar a influência dos fatores já referidos. 2 - Interpretação desses resultados e conclusões a serem tiradas dos mesmos.
Fevereiro de 1969	<p>Considerando as conclusões da pesquisa feita e tomando como base o estudo que está sendo realizado pelo INEP sobre os sistemas de ensino de 9 países de avançado nível educacional, apresentação de sugestões que levem a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • critérios mais convenientes de promoção do 1º ao 2º ano • programas mais adequados de 1º e 2º ano • tipos de organização de turmas de 1º e 2º ano

Março de 1969 Julho de 1969	Duas reuniões anuais, de um mês cada uma, para preparar os <u>staffs</u> que irão orientar a reforma,
De março a dezembro de 1969	Assistência técnica, fornecida pelo INEP, às cidades envolvidas na Operação-Escola, para acompanhamento, adequação e avaliação do trabalho.

O cronograma das atividades a serem desenvolvidas a partir de janeiro de 1970 será estabelecido posteriormente, em função das condições de cada uma das Unidades da Federação.

A reformulação a ser empreendida em 1969 atingirá os alunos de 1º e 2º anos, dos pontos de vista de: organização de turmas, adequação de programas e de critérios de promoção e orientação ao professor. Em 1970, deverá atingir, nos mesmos aspectos, os alunos de 3º e 4º anos.

Serão considerados, ainda, outros problemas: programas para a 5ª e 6ª séries primárias; programas para uma escola integrada de 8 anos; entrosamento entre os cursos primário e médio; levantamento das atividades de trabalho que podem ser exercidas por egressos do curso primário, mediante preparo em serviço, levando-se em conta as necessidades do mercado de trabalho.

Tal reformulação, desenvolvida ano a ano, considerando a situação de cada Estado, em caráter experimental, sujeita a avaliações periódicas, permitirá que, em pouco tempo, o ensino primário eleve a sua produtividade - os alunos serão atendidos adequadamente, aumentará o fluxo, diminuirão a repetência e a evasão e a escola formará produtos mais qualificados.

PRODUTIVIDADE (1) DA 1ª SÉRIE
NAS CAPITAIS DOS ESTADOS QUE SUBDIVIDEM A 1ª SÉRIE EM 2 OU MAIS ANOS

QUADRO 1 a

Evasão e aprovação sem promoção

CAPITAIS DO BRASIL	1965			1966	Diferença entre matrícula e expectativa de matrícula	Evididos(2) e aprovados num total de 1º ano, não promovidos ao 2º ano
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano		
Manaus	13.023	761	13.784	7.827	5.957	43,21%
Recife	34.651	2.955	37.606	24.895	12.711	33,80%
Boa Vista	1.625	183	1.308	996	812	44,91%
Goiânia	12.967	1.560	14.527	7.850	6.677	45,96%
Teresina	10.138	1.073	11.211	5.396	5.315	52,35%
João Pessoa	5.486	759	6.245	4.113	2.132	34,13%
Belém	18.728	3.150	21.878	17.470	4.408	20,14%
Aracaju	4.520	803	5.323	3.658	1.670	31,34%
Natal	7.289	1.534	8.823	5.597	3.226	36,56%
Guanabara	44.548	53.282	97.830	75.587	22.243	22,73(3)
T O T A L	152.975	66.065	219.040	153.339	65.651	29,97%

NAS CAPITAIS DOS ESTADOS QUE NÃO SUBDIVIDEM A 1ª SÉRIE

QUADRO 2 a

Evasão

CAPITAIS DO BRASIL	1965			1966	Diferença entre matrícula e expectativa	Evasão
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano		
Niterói	10.415	533	10.948	9.600	1.348	12,31%
Curitiba	11.367	1.362	12.729	12.725	4	0,03%
Rio Branco	3.200	333	3.533	1.464	2.074	58,62%
São Luís	5.570	1.302	6.872	6.525	347	5,04%
Maceió	7.601	1.194	8.795	5.321	3.474	39,49%
Florianópolis	3.454	1.067	4.521	4.519	2	0,04%
Porto Alegre	16.574	3.773	20.347	20.197	150	0,73%
Brasília	7.182	2.577	9.759	9.521	238	2,43%
B. Horizonte	27.455	6.382	33.837	32.090	1.747	5,16%
Vitória	2.922	820	3.742	3.629	113	3,01%
Cuiabá	4.874	540	5.414	2.405	3.009	55,57%
São Paulo	112.661	34.362	147.023	152.329	5.306	3,63%
T O T A L	213.275	54.250	267.525	260.325	12.506(4)	6,67%

(1) A produtividade é maior quando a taxa de evasão e reprovação é menor. Subondo que a taxa de evasão seja idêntica nos dois grupos de Estados, os do 2º grupo terão, em média, mais 24% de reprovações do que consta no Anuário.

(2) Entre o final de 1965 e o início de 1966.

(3) Cf. Anuário Estatístico de 1967, Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística.

(4) Neste total não foi incluído S. Paulo, tendo em vista que a matrícula foi maior que a expectativa, fenômeno que pode ser explicado pelo ingresso na escola de crianças já alfabetizadas e se dá no Estado de S. Paulo em geral.

QUADRO 3

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até a 4a. série primária (1).

ANO DE 1965

CAPITAIS DO BRASIL (sem subdivisão da la. série)	Total de alunos aprovados - 4a. série	Total de alunos da la. série (matrícula inicial)	Índice de produtividade (%)
Niterói	5.226	13.465	39
Curitiba	8.913	16.973	53
Rio Branco	517	5.463	9
São Luís	2.623	9.442	28
Maceió	2.338	13.144	13
Florianópolis	2.332	6.179	38
Porto Alegre	11.234	32.961	34
Brasília	3.184	13.136	24
Belo Horizonte	16.493	50.126	33
Vitória	1.613	6.320	26
Cuiabá	362	6.919	14
T O T A L	55.435	174.159	32

QUADRO 4

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até a 4a. série primária (2).

CAPITAIS DO BRASIL (com subdivisão da la. série)	Total de alunos aprovados - 4a. série	Total de alunos da la. série (matrícula inicial)	Índice de produtividade (%)
Manaus	3.051	17.521	17
Recife	11.044	41.553	27
Boa Vista	247	2.225	11
Goiânia	2.637	17.627	15
Teresina	1.657	17.311	10
João Pessoa	1.867	10.260	18
Belém	9.213	12.674	73
Aracaju	1.447	7.153	20
Natal	2.456	12.705	19
Guanabara	13.834	209.176	7 (3)
T O T A L	47.503	343.205	14

Observação: A produtividade foi calculada pelo índice $\frac{\text{Alunos aprovados na 4a. série}}{\text{Matrícula inicial na la. série}}$

(1) Estados que não subdividem a la. série

(2) Estados que subdividem a la. série

(3) Dados extraídos do Anuário Estatístico (1967), IBGE.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

OPERAÇÃO-ESCOLA

Subsídios para uma Reformulação do Ensino Primário Brasileiro

Grupo de trabalho:

Lúcia Marques Pinheiro

Misc Pires

Norma Cunha Csóri

Setembro de 1968

OPERAÇÃO - ESCOLA

META GERAL - Elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e o aumento de produtividade do ensino primário,

I. Aplicação do conceito de produtividade à educação

A produtividade em educação permite que esta se torne fator ponderável para o desenvolvimento econômico e social do país, proporcionando aos educandos uma formação desejável, tendo em vista os objetivos sociais, políticos e econômicos nacionais,

A formação adequada, que vá sendo oferecida aos indivíduos, permitirá que eles tenham melhores condições de satisfazer suas necessidades e aspirações pessoais, colocadas num nível mais alto.

O aumento da produtividade em educação se traduz por um fluxo mais rápido das crianças escolarizadas, a par da formação, pela escola, de produtos de melhor nível de qualidade, em termos dos objetivos amplos da educação e mais adequados às necessidades sociais e econômicas.

II. Produtividade atual do ensino primário brasileiro

O nosso ensino primário apresenta condições baixíssimas de produtividade. Assim: cerca de 1/3 das crianças em idade escolar não frequenta a escola; o índice de evasão é de, no mínimo, 34%; cerca de 50% dos alunos de nível primário estão na 1.ª série escolar; o custo do aluno aprovado corresponde a duas vezes e meia, em média, o custo do aluno-ano.

III. Causas da baixa produtividade do ensino primário

Tais causas são múltiplas e complexas e, entre elas, destacamos:

- . os currículos e programas de curso primário são extensos, mal dosados, não levando em conta as condições da criança e a carga horária disponível
- . os sistemas de promoção exigem padrões demasiado elevados
- . os professores, de um modo geral, não têm preparo conveniente
- . o curso primário é de duração insuficiente na maioria dos Estados
- . a carga horária é absolutamente insatisfatória

IV. Soluções propostas

A - Considerações preliminares

Vivemos numa sociedade democrática e um dos princípios básicos desse regime é o da igualdade de oportunidades para todos, de forma que cada indivíduo tenha a possibilidade de se desenvolver ao máximo, dentro de suas capacidades.

Sendo os indivíduos diferentes uns dos outros, não é possível fixar uma quota de conhecimentos a serem dominados indistintamente pelos alunos, sem levar em conta as variações de inteligência, aptidão, interesses, necessidades.

Assim, a primeira condição de um sistema democrático de ensino é ser flexível, principalmente em relação a programas e métodos.

Nossos programas são geralmente únicos, por série escolar, em cada Unidade da Federação. São, além disso, ambiciosos: pedem na 1ª série o que países mais adiantados pedem na 2ª série, na 4ª o que é pedido na 6ª e assim por diante(1), devendo ser lembrado o fato de que a nossa carga horária é inferior à daqueles países.

Assim, a maioria dos sistemas escolares brasileiros ainda se limita a 4 anos e, devido à nossa pequena carga horária, esses 4 anos de estudo, numa escola de 4 horas diárias de aula e 22 semanais, correspondem a:

- 3, 1 anos nos Estados Unidos
- 2, 8 anos na França
- 2, 6 anos na Inglaterra
- 2, 8 anos na URSS
- 2, 7 anos na Suécia
- 2, 4 anos na Suíça

Quatro anos numa escola primária de 3 horas diárias de aulas e 17 semanais correspondem a:

- 2, 5 anos nos Estados Unidos
- 2, 3 anos na França
- 2, 1 anos na Inglaterra
- 2, 3 anos na URSS
- 2, 2 anos na Suécia
- 1, 9 anos na Suíça

As provas não medem o essencial e são demasiado exigentes, detendo-se em minúcias inúteis.

Essas condições destroem a flexibilidade da educação que é oferecida a nossos alunos, dando como resultado que a proporção entre os que cursam o 4º ano e os alunos de 1º seja, em média, de 16%, quando deveria ser de mais de 80% (100% - taxa de aumento da população escolar em 4 anos) (2). Levando em conta que apenas 16% das crianças têm inteligência abaixo da média (3), se mais do que essa percentagem é reprovada ou considerada deficiente e necessitando de recuperação, o ensino não está sendo adaptado às condições das crianças, nem atendendo às diferenças individuais.

Pelo exposto, verifica-se que é urgente e inadiável uma reformulação do ensino primário. Considerando as deficiências técnicas desse ensino, julgamos que as soluções propostas devem basear-se nas condições existentes, para elevá-las gradual e controladamente.

(1) V. "Serão adequados os programas brasileiros de curso primário?" trabalho apresentado pelo INEP na III Conferência Nacional de Educação.

(2) Essa taxa foi, para o período 1962-1965, de 18%.

(3) O esperado seria que apenas esses 16% não concluíssem os 4 anos de curso primário em 4 anos, mas acontece justamente o contrário: 84% não concluem o curso em 4 anos, o que é conseguido apenas pelos 16% mais bem dotados.

B.- Providências desejáveis

1 - Reforma de programas no sentido de se adaptarem às condições das crianças; proposição de programas diversificados para atenderem às diferenças individuais. Estudo Experimental desses programas.

2 - Mudança das provas no sentido de que meçam o essencial e atendam ao desenvolvimento psicológico da criança em cada etapa escolar.

3 - Abolição do regime que prevê a realização da 1ª série em mais de um ano letivo (1), o que leva à baixa de produtividade da escola (V. quadros 1 e 2).

4 - Mudança da mentalidade do professor para que aceite as modificações, integrando-se à Operação-Escola.

5 - Incentivo ao professor, premiando-o pelo aumento da produtividade, inclusive com estímulos financeiros.

6 - Organização de turmas por idade dentro da série escolar. Adotando como primeiro critério a série e como segundo a idade, encaminhamento para um mais adequado sistema de promoção.

7 - Promoção mais flexível.

É importante a seqüência em que tais medidas sejam tomadas. A mudança do sistema de promoção, por exemplo, deve ser precedida da reformulação de currículos, programas e provas e do preparo do professor, pois, do contrário, não atingirá os objetivos a que se propõe. Estudos realizados sobre os resultados obtidos em Estados que mudaram seu sistema de promoção sem aqueles cuidados prévios revelaram que o tempo médio que as crianças levaram para chegar à 4ª série foi o mesmo despendido pelos alunos de outros Estados não sujeitos à promoção flexível; não se verificou, pois, o avanço ou o fluxo mais rápido das crianças através dos níveis de ensino, que é um dos objetivos desse tipo de promoção.

As medidas propostas, que devem ser adotadas em cada Unidade da Federação, atendendo às condições que lhes são peculiares, contarão com a colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nos seguintes aspectos:

1 - preparo de líderes para instituir a reformulação do ensino e avaliar, a cada passo, os resultados obtidos

2 - apresentação de sugestões e auxílio prático na elaboração de currículos, programas (2) e provas e no preparo de pessoal

3 - realização de pesquisas a curto prazo sobre os pontos críticos a serem atacados nas várias medidas a serem tomadas

4 - apresentação de trabalhos e experiências já vividas nas escolas experimentais do INEP

5 - estudos sobre construções escolares - localização, adequação de condições, custos.

(1) Neste regime, os alunos são promovidos, por exemplo, da 1ª série preliminar para a "1ª série adiantada" e não para a 2ª série. O sistema leva o professor a retardar o processo de alfabetização dos alunos.

(2) O INEP está estudando programas de 9 países dos mais desenvolvidos do mundo, com vistas a colher sugestões para oferecer aos Estados.

V. Cronograma das atividades a serem desenvolvidas até dezembro de 1969

PERÍODO	ATIVIDADE
Setembro/Octubro 1968	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Preparo, pelo INEP, de uma prova-diagnóstico a ser aplicada a 10% dos alunos de 1º ano primário da rede escolar pública das capitais dos Estados e Territórios. O objetivo da prova é diagnosticar a situação atual do ensino no 1º ano, tendo em vista fixar a influência que os seguintes fatores estejam exercendo na aprendizagem e rendimento escolar: critérios de promoção, preparo do professor, mudança de professor durante o ano, carga horária, materiais de ensino. 2 - Preparo, ainda, de um questionário destinado aos diretores e outro aos professores das escolas da amostra.
De 19/novembro a 15/dezembro de 1968	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Reunião de estudos com os Diretores dos Departamentos de Educação Primária Estaduais, com os Diretores das Divisões de Educação dos Territórios e respectivos assessôres para encaminhamento da reformulação do ensino primário. 2 - Aplicação, sob a responsabilidade das Secretarias de Educação estaduais e das Divisões de Educação dos Territórios, da prova-diagnóstico do INEP. 3 - Remessa - pelas Secretarias de Educação estaduais e pelas Divisões de Educação dos Territórios - ao INEP, do seguinte material: <ul style="list-style-type: none"> - questionários, devidamente completados, dos diretores e professores das escolas da amostra - listas de resultados, por turma da amostra, das provas-diagnóstico - listas de resultados - por turma da amostra - das provas de promoção a que os alunos tenham sido submetidos, com a indicação da promoção ou reprovação de cada aluno - modelo da prova de promoção aplicada no Estado ou Território e indicação do critério pelo qual os alunos foram promovidos ou reprovados.
2ª quinzena de dezembro de 1968 Janeiro de 1969	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Análise estatística dos resultados obtidos nos dois tipos de provas, com vistas a verificar a influência dos fatores já referidos. 2 - Interpretação desses resultados e conclusões a serem tiradas dos mesmos.
Fevereiro de 1969	<p>Considerando as conclusões da pesquisa feita e tomando como base o estudo que está sendo realizado pelo INEP sobre os sistemas de ensino de 9 países de avançado nível educacional, apresentação de sugestões que levem a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • critérios mais convenientes de promoção do 1º ao 2º ano • programas mais adequados de 1º e 2º ano • tipos de organização de turmas de 1º e 2º ano

Março de 1969 Julho de 1969	Duas reuniões anuais, de um mês cada uma, para preparar os <u>staffs</u> que irão orientar a reforma.
De março a dezembro de 1969	Assistência técnica, fornecida pelo INEP, às cidades envolvidas na Operação-Escola, para acompanhamento, adequação e avaliação do trabalho.

O cronograma das atividades a serem desenvolvidas a partir de janeiro de 1970 será estabelecido posteriormente, em função das condições de cada uma das Unidades da Federação.

A reformulação a ser empreendida em 1969 atingirá os alunos de 1º e 2º anos, dos pontos de vista de: organização de turmas, adequação de programas e de critérios de promoção e orientação ao professor. Em 1970, deverá atingir, nos mesmos aspectos, os alunos de 3º e 4º anos.

Serão considerados, ainda, outros problemas: programas para a 5ª e 6ª séries primárias; programas para uma escola integrada de 8 anos; entrosamento entre os cursos primário e médio; levantamento das atividades de trabalho que podem ser exercidas por egressos do curso primário, mediante preparo em serviço, levando-se em conta as necessidades do mercado de trabalho.

Tal reformulação, desenvolvida ano a ano, considerando a situação de cada Estado, em caráter experimental, sujeita a avaliações periódicas, permitirá que, em pouco tempo, o ensino primário eleve a sua produtividade - os alunos serão atendidos adequadamente, aumentará o fluxo, diminuirão a repetência e a evasão e a escola formará produtos mais qualificados.

PRODUTIVIDADE (1) DA 1ª. SÉRIE
NAS CAPITAIS NOS ESTADOS QUE SUBDIVIDEM A 1ª. SÉRIE EM 2 OU MAIS ANOS

QUADRO 1 a

Evasão e aprovação sem promoção

CAPITAIS DO BRASIL	1965			1966	Diferença entre matrícula e expectativa de matrícula	Evadidos(2) e aprovados num tipo de 1º ano, não promovidos ao 2º ano
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano		
Mansus	13.023	761	13.784	7.827	5.957	43,21%
Recife	34.651	2.955	37.606	24.895	12.711	33,80%
Bom Vista	1.625	183	1.808	996	812	44,91%
Goiânia	12.967	1.560	14.527	7.850	6.677	45,96%
Teresina	10.138	1.073	11.211	5.396	5.815	51,36%
João Pessoa	5.486	759	6.245	4.113	2.132	34,13%
Belém	18.728	3.150	21.878	17.470	4.408	20,14%
Aracaju	4.520	803	5.323	3.658	1.670	31,34%
Natal	7.289	1.534	8.823	5.597	3.226	36,56%
Guanabara	44.548	53.282	97.830	75.587	22.243	22,73(3)
T O T A L	152.975	66.065	219.040	153.389	65.651	29,97%

NAS CAPITAIS DOS ESTADOS QUE NÃO SUBDIVIDEM A 1ª. SÉRIE

QUADRO 2 a

Evasão

CAPITAIS DO BRASIL	1965			1966	Diferença entre matrícula e expectativa	Evasão
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano		
Niterói	10.415	533	10.948	9.600	1.348	12,31%
Curitiba	11.367	1.362	12.729	12.725	4	0,03%
Rio Branco	3.200	333	3.533	1.464	2.074	58,62%
São Luís	5.570	1.302	6.872	6.525	347	5,04%
Maceió	7.601	1.194	8.795	5.321	3.474	39,49%
Florianópolis	3.454	1.067	4.521	4.519	2	0,04%
Porto Alegre	16.574	3.773	20.347	20.197	150	0,73%
Brasília	7.182	2.577	9.759	9.521	238	2,43%
B. Horizonte	27.455	6.382	33.837	32.090	1.747	5,16%
Vitória	2.922	820	3.742	3.629	113	3,01%
Cuiabá	4.874	540	5.414	2.405	3.009	55,57%
São Paulo	112.661	34.362	147.023	152.329	5.306	3,63%
T O T A L	213.275	54.250	267.525	260.325	12.506(4)	6,67%

- (1) A produtividade é maior quando a taxa de evasão e reprovação é menor. Supondo que a taxa de evasão seja idêntica nos dois grupos de Estados, os do 2º grupo terão, em média, mais 24% de reprovações do que consta no Anuário.
- (2) Entre o final de 1965 e o início de 1966.
- (3) Cf. Anuário Estatístico de 1967, Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística.
- (4) Neste total não foi incluído S. Paulo, tendo em vista que a matrícula foi maior que a expectativa, fenômeno que pode ser explicado pelo ingresso na escola de crianças já alfabetizadas e se dá no Estado de S. Paulo em geral.

QUADRO 3

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até a 4a. série primária (1).

ANO DE 1965

CAPITAIS DO BRASIL (sem subdivisão da la. série)	Total de alunos aprovados - 4a. série	Total de alunos da la. série (matrícula inicial)	Índice de produtividade (%)
Niterói	5.226	13.466	39
Curitiba	8.913	16.973	53
Rio Branco	517	5.463	9
São Luís	2.623	9.472	28
Maceió	2.338	13.144	18
Florianópolis	2.332	6.179	38
Porto Alegre	11.234	32.961	34
Brasília	3.184	13.136	24
Belo Horizonte	16.493	50.126	33
Vitória	1.613	6.320	26
Cuiabá	962	6.919	14
TOTAL	55.435	174.159	32

QUADRO 4

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até a 4a. série primária (2).

CAPITAIS DO BRASIL (com subdivisão da la. série)	Total de alunos aprovados - 4a. série	Total de alunos da la. série (matrícula inicial)	Índice de produtividade (%)
Manaus	3.051	17.521	17
Recife	11.044	41.553	27
Boa Vista	247	2.225	11
Goiânia	2.637	17.627	15
Teresina	1.657	17.311	10
João Pessoa	1.867	10.260	18
Belém	9.213	12.674	73
Aracajú	1.447	7.153	20
Natal	2.456	12.705	19
Guaraná	13.834	209.176	7 (3)
TOTAL	47.503	348.205	14

Observação: A produtividade foi calculada pelo índice $\frac{\text{Alunos aprovados na 4a. série}}{\text{Matrícula inicial na la. série}}$

(1) Estados que não subdividem a la. série

(2) Estados que subdividem a la. série

(3) Dados extraídos do Anuário Estatístico (1967), IBGE.

PROJETO OPERAÇÃO-ESCOLA - INEP

Objetivo geral — Concorrer para tornar efetivo o cumprimento da obrigatoriedade escolar na faixa etária dos 7 aos 14 anos.

Pressuposto - Aumento da produtividade do ensino, traduzido em

melhoria qualitativa e quantitativa do atendimento educacional

obtenção do máximo de resultados, no menor tempo possível e com dispêndio menor de recursos

adequação do produto formado pela escola às necessidades sócio-econômicas da comunidade em particular e do Brasil em geral

Programa de atividades

4 subprojetos

- 1º - Racionalização do uso e da expansão da rede escolar.
- 2º - Elaboração de currículos, programas e critérios de promoção do ensino fundamental
- 3º - Elaboração de currículos e programas para a formação de professores do ensino fundamental
- 4º - Aperfeiçoamento de professores do ensino fundamental (textos de ensino programado).

Características das atividades a serem desenvolvidas

- estudos básicos
- pesquisas
- planos-piloto
- experiências inovadoras

Área geográfica de abrangência _____ Inicialmente nos municípios das capitais da Região Nordeste.

Recursos financeiros _____ MINIPLAN - Fundo Nacional de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas - Serviços em Regime de Programação Especial

Duração _____ Início das atividades - 1991
Término - a ser fixado ^{em função dos recursos disponíveis} (se possível, ao fim de um ciclo escolar completo)

Utilização dos resultados _____ na implantação do ensino de 1º e 2º graus _____ sistemas de Ensino das Unidades Federadas

MEC ——— DEF
DEM
DAU